



# SENADO FEDERAL

## MEDIDA PROVISÓRIA

### Nº 375, DE 2007

*Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

#### ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pág.
- Autógrafo da Medida Provisória .....	02
- Medida Provisória original .....	12
- Mensagem do Presidente da República nº 368, de 2007 .....	21
- Exposição de Motivos nº 126/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão .....	22
- Ofício nº 395/2007, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado .....	24
- Calendário de tramitação da Medida Provisória .....	25
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista .....	26
- Nota Técnica nº 21/2007, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados .....	86
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Eliene Lima (PP/MT) .....	90
- Folha de Sinopse da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados .....	106
- Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 2007, prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória .....	115
- Legislação citada .....	116

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A remuneração dos cargos em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional passa a ser a constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º desta Lei, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

§ 1º O docente da Carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao regime de dedicação exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput deste artigo.

§ 2º O docente a que se refere o § 1º deste artigo cedido para órgãos e entidades da União para o exercício de cargo em Comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS-4, DAS-5 ou DAS-6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

§ 3º O acréscimo previsto no § 2º deste artigo poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS-3.

Art. 3º O valor da remuneração das Funções Comissionadas Técnicas, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Gratificações Temporárias SIPAM - GTS, criadas pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, das Funções Comissionadas do INSS, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, da Gratificação por Serviço Extraordinário, de que trata o Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, e dos Cargos Comissionados Téc-

nicos das Agências Reguladoras - CCT passa a ser o constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelece a Tabela A do Anexo II desta Lei.

Art. 4º A remuneração total das Funções Gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, das Gratificações de Representação - GR da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e dos órgãos que a integram, das Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino e das Gratificações pela Representação de Gabinete passa a ser a constante do Anexo III desta Lei.

Art. 5º Ficam revogados:

I - os arts. 1º, 2º e 4º e o Anexo da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002;

II - os §§ 2º e 3º do art. 58 e o Anexo XIII da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III - o art. 2º e a terceira coluna do Anexo II da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;

IV - a terceira coluna do Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998;

V - o art. 3º e o Anexo II da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;

VI - o art. 155 e a terceira coluna do Anexo XXIX da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;

VII - o art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

VIII - o § 2º do art. 1º e os Anexos I e II da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991;

IX - o § 3º do art. 4º e a segunda coluna do Anexo da Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002;

X - a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995;

XI - o art. 73, o parágrafo único do art. 74 e as Tabelas V e VI do Anexo I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XII - o art. 17 e o Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

XIII - o art. 12 da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004;

XIV - o Anexo X da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992; e

XV - o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

# ANEXO I

## CARGOS COMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL E DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES, CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA E CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

### a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES

DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretários Especiais da Presidência da República	10.748,43
Comandante da Marinha	10.684,00
Comandante do Exército	10.684,00
Comandante da Aeronáutica	10.684,00
Secretário-Geral de Contencioso	10.684,00
Secretário-Geral de Consultoria	10.684,00
Subdefensor Público Geral da União	10.448,00
Presidente da Agência Espacial Brasileira	10.448,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	10.684,00

### b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	10.448,00
DAS 101.5 e 102.5	8.400,00
DAS 101.4 e 102.4	6.396,04
DAS 101.3 e 102.3	3.777,63
DAS 101.2 e 102.2	2.518,42
DAS 101.1 e 102.1	1.977,31

### c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD-1	8.307,96
CD-2	6.944,94
CD-3	5.452,10
CD-4	3.959,26

d) CARGOS COMISSONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD I	10.748,43
CD II	10.211,01
CGE I	9.673,58
CGE II	8.598,74
CGE III	8.061,32
CGE IV	5.374,21
CA I	8.598,74
CA II	8.061,32
CA III	2.418,40
CAS I	2.015,34
CAS II	1.746,63

e) Cargos Especiais de Transição Governamental - CETG

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CETG - VII	10.684,00
CETG - VI	10.448,00
CETG - V	8.400,00
CETG - IV	6.396,04
CETG - III	3.777,63
CETG - II	2.518,42
CETG - I	1.977,31

## ANEXO II

### FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS, GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL, GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO E CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

#### a) FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	5.105,50	1.531,65
FCT 2	4.282,17	1.284,66
FCT 3	3.591,61	1.149,31
FCT 4	3.012,42	1.024,22
FCT 5	2.526,62	934,84
FCT 6	2.119,19	847,66
FCT 7	1.777,42	782,06
FCT 8	1.490,79	730,49
FCT 9	1.250,37	687,72
FCT 10	1.048,74	650,22
FCT 11	879,61	615,72
FCT 12	733,77	590,22
FCT 13	618,79	556,91
FCT 14	519,00	519,00
FCT 15	435,31	435,31

#### b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM-GTS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
GTS - 3	2.985,67
GTS - 2	2.336,61
GTS - 1	1.947,18

#### c) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FCINSS-1	1.186,39
FCINSS-2	1.511,05
FCINSS-3	2.266,58



d) FUNÇÕES COMISSONADAS DO BANCO CENTRAL

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FDS-1/FDJ-1	6.265,67
FDE-1/FCA-1	5.314,58
FDE-2/FCA-2	4.092,29
FDT-1/FCA-3	2.922,70
FDO-1/FCA-4	2.313,48
FCA-5	1.028,21

SUPORTE

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FST-1	706,90
FST-2	514,11
FST-3	385,58

e) GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Coordenador Técnico	GSE-1	969,54
Coordenador de Informática	GSE-2	969,54
Assistente Técnico	GSE-3	519,39
Coordenador de Área	GSE-4	727,14
Coordenador de Sub-Área	GSE-5	519,39
Agente de Coleta Municipal	GSE-6	311,64
Coordenador Administrativo	GSE-7	727,14
Assistente Administrativo	GSE-8	519,39

f) CARGOS COMISSONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CCT V	2.043,55
CCT IV	1.493,35
CCT III	899,51
CCT II	792,97
CCT I	702,14

**ANEXO III**

**FUNÇÃO GRATIFICADA, GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS ÓRGÃOS QUE A INTEGRAM, GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE E FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

**a) FUNÇÃO GRATIFICADA (Lei nº 8.216, de 1991)**

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
FG-1	147,92	245,55	393,47
FG-2	113,79	188,89	302,68
FG-3	87,52	145,29	232,81

**b) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
I - Auxiliar	177,51	294,67	472,18
II - Especialista	212,99	353,56	566,55
III - Secretário	249,21	413,69	662,90
IV - Assistente	284,10	471,61	755,71
V - Supervisor	318,18	528,17	846,35

**c) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Auxiliar	123,26	204,60	327,86
Secretário/Especialista	147,92	245,55	393,47
Assistente	177,51	294,67	472,18
Supervisor	212,99	353,56	566,55

d) GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA NOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DEVIDA AOS SERVIDORES MILITARES (art. 11 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992)

GRUPO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
A	1.269,86
B	1.154,10
C	1.048,43
D	952,81
E	867,26
F	788,41

e) GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Oficial de Gabinete	30,67	50,91	81,58
Auxiliar de Gabinete	31,16	51,72	82,88

f) FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	ADICIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL	TOTAL
FG - 1	100,47	166,78	446,77	714,02
FG - 2	85,81	142,44	252,09	480,34
FG - 3	71,09	118,00	200,34	389,43
FG - 4	51,99	86,31	68,98	207,28
FG - 5	40,00	66,40	54,45	160,85
FG - 6	29,63	49,18	39,14	117,95
FG - 7	28,28	46,94	-	75,22
FG - 8	20,92	34,73	-	55,65
FG - 9	16,97	28,16	-	45,13

## **MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 375, DE 2007**

**Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**Art. 1º** A remuneração dos cargos em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional passa a ser a constante do Anexo I.

**Art. 2º** O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

**I** - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

**II** - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

**III** - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida do percentual de sessenta por cento do respectivo cargo em comissão.

**§ 1º** O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III.

**§ 2º** O docente a que se refere o § 1º cedido para órgãos e entidades da União, para o exercício de cargo em comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 4, DAS 5 ou DAS 6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

**§ 3º** O acréscimo previsto no § 2º poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação, para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS 3.

**Art. 3º** O valor da remuneração das Funções Comissionadas Técnicas, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Gratificações Temporárias SIPAM - GTS, criadas pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, das Funções Comissionadas do INSS, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, da Gratificação por Serviço Extraordinário, de que trata o Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, e dos Cargos Comissionados Técnicos das Agências Reguladoras - CCT passa a ser o constante do Anexo II.

**Parágrafo único.** O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelece a Tabela "a" do Anexo II.

**Art. 4º** A remuneração total das Funções Gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, das Gratificações de Representação (GR) da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e dos órgãos que a integram, das Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino e das Gratificações pela Representação de Gabinete passa a ser a constante do Anexo III.

**Art. 5º** Ficam revogados:

I - os arts. 1º, 2º, 4º e o Anexo da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002;

II - os §§ 2º e 3º do art. 58 e o Anexo XIII da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III - o art. 2º e a terceira coluna do Anexo II da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;

IV - a terceira coluna do Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998;

V - o art. 3º e o Anexo II da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;

VI - o art. 155 e a terceira coluna do Anexo XXIX da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;

VII - o art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

VIII - o § 2º do art. 1º e os Anexos I e II da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991;

IX - o § 3º do art. 4º e a segunda coluna do Anexo da Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002;

X - a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995;

XI - o art. 73, o parágrafo único do art. 74 e as Tabelas V e VI do Anexo I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XII - o art. 17 e o Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

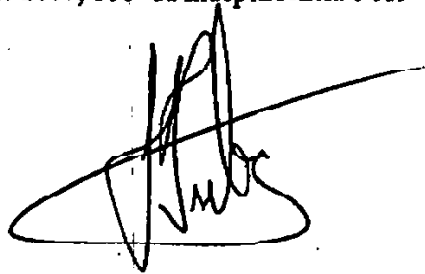
XIII - o art. 12 da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004;

XIV - o Anexo X da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992; e

XV - o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004...

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

Brasília, 15 de junho de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.



*Referendado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*  
MP-REAJUSTE DAS FG(MP EM X(L2)PLANO B

## ANEXO I

### **CARGOS COMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL E DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES, CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA E CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL**

#### **a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)</b>
Secretários Especiais da Presidência da República	10.748,43
Comandante da Marinha	10.684,00
Comandante do Exército	10.684,00
Comandante da Aeronáutica	10.684,00
Secretário-Geral de Contencioso	10.684,00
Secretário-Geral de Consultoria	10.684,00
Subdefensor Público Geral da União	10.448,00
Presidente da Agência Espacial Brasileira	10.448,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	10.684,00

#### **b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS**

<b>CARGO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)</b>
DAS 101.6 e 102.6	10.448,00
DAS 101.5 e 102.5	8.400,00
DAS 101.4 e 102.4	6.396,04
DAS 101.3 e 102.3	3.777,63
DAS 101.2 e 102.2	2.518,42
DAS 101.1 e 102.1	1.977,31

#### **c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD**

<b>CARGO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)</b>
CD-1	8.307,96
CD-2	6.944,94
CD-3	5.452,10
CD-4	3.959,26

d) CARGOS COMISSONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD I	10.748,43
CD II	10.211,01
CGE I	9.673,58
CGE II	8.598,74
CGE III	8.061,32
CGE IV	5.374,21
CA I	8.598,74
CA II	8.061,32
CA III	2.418,40
CAS I	2.015,34
CAS II	1.746,63

e) Cargos Especiais de Transição Governamental - CETG

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CETG - VII	10.684,00
CETG - VI	10.448,00
CETG - V	8.400,00
CETG - IV	6.396,04
CETG - III	3.777,63
CETG - II	2.518,42
CETG - I	1.977,31



## ANEXO II

### FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS, GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL, GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO E CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

#### a) FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	5.105,50	1.531,65
FCT 2	4.282,17	1.284,66
FCT 3	3.591,61	1.149,31
FCT 4	3.012,42	1.024,22
FCT 5	2.526,62	934,84
FCT 6	2.119,19	847,66
FCT 7	1.777,42	782,06
FCT 8	1.490,79	730,49
FCT 9	1.250,37	687,72
FCT 10	1.048,74	650,22
FCT 11	879,61	615,72
FCT 12	737,77	590,22
FCT 13	618,79	556,91
FCT 14	519,00	519,00
FCT 15	435,31	435,31

#### b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM-GTS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
GTS - 3	2.985,67
GTS - 2	2.336,61
GTS - 1	1.947,18

#### c) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FCINSS-1	1.186,39
FCINSS-2	1.511,05
FCINSS-3	2.266,58

**d) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL**

**DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO**

<b>CÓDIGO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)</b>
FDS-1/FDJ-1	6.265,67
FDE-1/FCA-1	5.314,58
FDE-2/FCA-2	4.092,29
FDT-1/FCA-3	2.922,70
FDO-1/FCA-4	2.313,48
FCA-5	1.028,21

**SUPORTE**

<b>CÓDIGO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)</b>
FST-1	706,90
FST-2	514,11
FST-3	385,58

**e) GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)</b>
Coordenador Técnico	GSE-1	969,54
Coordenador de Informática	GSE-2	969,54
Assistente Técnico	GSE-3	519,39
Coordenador de Área	GSE-4	727,14
Coordenador de Sub-Área	GSE-5	519,39
Agente de Coleta Municipal	GSE-6	311,64
Coordenador Administrativo	GSE-7	727,14
Assistente Administrativo	GSE-8	519,39

**f) CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS**

CCT V	2.043,55
CCT IV	1.493,35
CCT III	899,51
CCT II	792,97
CCT I	702,14

### ANEXO III

#### FUNÇÃO GRATIFICADA, GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS ÓRGÃOS QUE A INTEGRAM, GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE E FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

a) FUNÇÃO GRATIFICADA (Lei nº 8.216, de 1991)

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
FG-1	147,92	245,55	393,47
FG-2	113,79	188,89	302,68
FG-3	87,52	145,29	232,81

b) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
I - Auxiliar	177,51	294,67	472,18
II - Especialista	212,99	353,56	566,55
III - Secretário	249,21	413,69	662,90
IV - Assistente	284,10	471,61	755,71
V - Supervisor	318,18	528,17	846,35

c) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Auxiliar	123,26	204,60	327,86
Secretario/Especialista	147,92	245,55	393,47
Assistente	177,51	294,67	472,18
Supervisor	212,99	353,56	566,55

d) GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA NOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DEVIDA AOS SERVIDORES MILITARES (art. 11 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992)

GRUPO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
A	1.269,86
B	1.154,10
C	1.048,43
D	952,81
E	867,26
F	788,41

e) GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Oficial de Gabinete	30,67	50,91	81,58
Auxiliar de Gabinete	31,16	51,72	82,88

f) FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	ADICIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL	TOTAL
FG - 1	100,47	166,78	446,77	714,02
FG - 2	85,81	142,44	252,09	480,34
FG - 3	71,09	118,00	200,34	389,43
FG - 4	51,99	86,31	68,98	207,28
FG - 5	40,00	66,40	54,45	160,85
FG - 6	29,63	49,18	39,14	117,95
FG - 7	28,28	46,94	-	75,22
FG - 8	20,92	34,73	-	55,65
FG - 9	16,97	28,16	-	45,13

## RETIFICAÇÃO

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 15 DE JUNHO DE 2007**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

(Publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2007, Seção 1)

na Tabela "b" do Anexo II, leia-se:

b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM-GTS

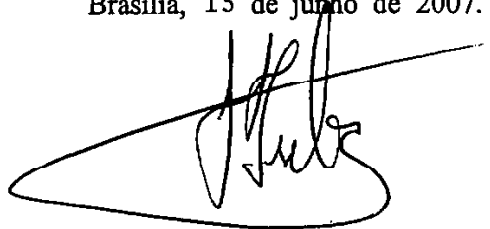
NÍVEL	VALOR UNITÁRIO EM REAIS
GTS - 3	2.985,67
GTS - 2	2.336,61
GTS - 1	1.947,18

Mensagem nº 368, de 2007.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, que "Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

Brasília, 15 de junho de 2007.



Brasília, 12 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa Medida Provisória, que dispõe sobre a alteração dos valores de remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionados no âmbito do Poder Executivo federal, e altera o percentual de opção para os cargos comissionados.
2. A proposta tem por objetivo favorecer a retenção de competências na máquina pública, valorizando os servidores detentores de funções de direção e assessoramento, e constituir-se-á em fator de fortalecimento da burocracia federal e de continuidade na condução das políticas públicas. Além disso, a medida busca compatibilizar a remuneração dos cargos e funções comissionados ao recente reajuste sobre a alta administração do Poder Executivo Federal.
3. A Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, alterou os valores das remunerações dos Cargos em Comissão de Natureza Especial - NES, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, dos Cargos de Direção - CD e das Funções Gratificadas - FG das Instituições Federais de Ensino, mas não contemplou reajuste nos demais cargos e funções comissionados existentes. O último reajuste na remuneração desses, no âmbito do Poder Executivo Federal, ocorreu por meio da Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais, quando foi repassado o reajuste de 1% aos cargos e funções. Desde essa data, nenhum outro reajuste nessas remunerações foi concedido pelo Governo.
4. Assim, proponho a Vossa Excelência que seja concedido, a partir de 1º de junho, um reajuste na remuneração de todos os cargos e funções comissionados. O reajuste proposto recompõe as perdas acumuladas em função da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e corrige distorções de amplitude de remuneração em determinados casos.
5. Para os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 propõe-se um reajuste diferenciado. Esses cargos compõem a chefia das áreas operacionais ou assessorias técnicas dos órgãos e entidades da administração. São posições que demandam elevado nível de responsabilidade e conhecimento técnico, tais como a condução de processos de licitação e acompanhamento de contratos, e representam a garantia da qualidade e da continuidade dos serviços prestados pelo Estado.
6. As retribuições pelo exercício desses cargos estão fixadas atualmente em R\$ 1.232,20, R\$ 1.403,90 e R\$ 1.575,60, respectivamente. Se comparados os valores desses cargos

aos dos DAS-4, que têm retribuição de R\$ 4.898,00, observa-se uma clara distorção na amplitude remuneratória, com os valores dos DAS de nível mais baixo muito próximos entre si e com uma grande diferença entre os valores dos DAS-3 para os DAS-4. Essa distorção acaba por não proporcionar a adequada remuneração compatível com o nível de responsabilidade assumido pelo servidor em função da hierarquia que ocupa ou da complexidade das tarefas que desenvolve na organização.

7. É no sentido de corrigir essa distorção que se propõe um reajuste de 60,47% para os cargos DAS-1; 79,39% para os DAS-2; e 139,76% para os DAS-3. Com a medida os valores desses cargos passarão a ser, respectivamente R\$ 1.977,71; R\$ 2.518,42; e R\$ 3.777,63, adequando os valores de retribuição ao nível de responsabilidade e complexidade das tarefas desenvolvidas por seus ocupantes e criando uma amplitude mais adequada para a atração e retenção dos melhores profissionais na Administração Pública federal.
8. Cabe lembrar que, com base no Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, no mínimo 75% dos cargos DAS-1, DAS-2 e DAS-3 devem ser ocupados exclusivamente por servidores de carreira. Nesse caso, na maioria das vezes o servidor opta por receber apenas uma parcela da remuneração, resultando em remuneração adicional de R\$ 800,93 para os DAS-1, R\$ 912,54 para os DAS-2 e de R\$ 1.181,70 para os DAS-3, o que torna ainda mais baixa a diferença de amplitude remuneratória entre os cargos. Com a proposta de reajuste, o valor da opção passará a ser de R\$ 1.186,38 para os DAS-1, R\$ 1.511,01 para os DAS-2 e de R\$ 2.266,52 para os DAS-3. No caso dos cargos DAS-4, o referido Decreto estabelece o percentual mínimo de ocupação de 50% para servidores de carreira; com a proposta, o valor da opção aumentaria para R\$ 3.777,53. Assim, essa proposta vai ao encontro da política de valorização do servidor público que vem sendo adotada por seu Governo, consolidando também a postura de investimento na profissionalização da gestão pública.
9. Outra modificação proposta é em relação aos percentuais de opção dos cargos em comissão DAS, de Natureza Especial e Cargos de Direção das Instituições de ensino e das Agências Reguladoras que passam a ser de 60% para todos os cargos.
10. A estimativa do impacto orçamentário para o exercício de 2007, considerando-se as valores de opção por servidores de carreira, em função do percentual estabelecido pelo Decreto nº 5.497, de 2005, é de R\$ 282.587.990,56 (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos) e de R\$ 484.436.555,24 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) para os exercícios subsequentes, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos.
11. O disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 - Lei Orçamentária Anual para 2007.
12. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o projeto de medida provisória em questão.

Respeitosamente,

OF. n. 395/07/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2007.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Envio de MPv para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 375, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 22.08.07, que "Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,

  
Deputado OSMAR SERRAGLIO  
Primeiro-Secretário



## MPV Nº 375

Publicação no DO	18-6-2007(Ret. DO 19-6-2007)
Designação da Comissão	19-6-2007 (SF)
Instalação da Comissão	20-6-2007
Emendas	até 25-6-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	18-6-2007 a 1º-7-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	1º-7-2007
Prazo na CD	de 2-7-2007 a 15-7-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	15-7-2007
Prazo no SF	16-7-2007 a 12-8-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	12-8-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	13-8-2007 a 15-8-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	16-8-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	30-8-2007 (60 dias)
Prazo final prorrogado	29-10-2007 (*)
(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49, de 2007 – DOU (Seção I) de 15-8-2007	

## MPV Nº 375

Votação na Câmara dos Deputados	22-08-2007
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

CONGRESSISTAS - Nº EMENDAS	
Deputada Andréia Zito	02, 04
Deputado Antônio Carlos M. Neto	10, 11, 30, 31
Deputado Antônio Roberto	18, 21
Deputado Arnaldo Faria de Sá	23, 25, 28
Deputado Arnaldo Jardim	03, 13, 14
Deputado Cezar Silvestre	07, 08, 09
Deputado Geraldo Magela	35
Deputado Edmilson Valentim	05, 06, 22, 32, 33
Deputado Jovair Arantes	16, 24, 26, 29
Deputado Leonardo Vilela	17, 20
Deputado Luis Carlos Heinze	12, 15
Deputado Luiz Carlos Hauly	34
Deputado Mauro Benevides	19
Deputado Moreira Mendes	01
Deputado Valdir Colatto	27

SSACM

TOTAL DE EMENDAS:035

**MPV-375**

**MEDIDA PROVISÓRIA N. 375, DE 2007.**

**00001**

*Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

**EMENDA N.**

Suprimam-se o *caput* e os incisos do art. 2º da Medida Provisória n. 375, de 15 de junho de 2007.

**JUSTIFICATIVA**

Os reajustes propostos pelo governo federal por meio da Medida Provisória n. 375, por certo, não satisfazem, sequer minimamente, a uma política geral de valorização do serviço público brasileiro. Os gastos do Executivo com os cargos DAS (de livre nomeação e exoneração) vêm crescendo ano a ano. Até o momento, existem mais de vinte mil cargos dessa natureza na estrutura do Executivo, em clara oposição ao princípio constitucional do concurso público.

O curioso é que, ao majorar os valores pagos aos ocupantes dos cargos DAS, o governo federal cuidou de restringir o repasse desse aumento aos servidores concursados investidos nesses cargos. Nesse sentido, o benefício do reajuste para os servidores concursados é diminuído. Propomos, de outro modo, restabelecer o texto contido na Lei 10.470, de 2002, com o intuito de valorizar o serviço público e seus servidores efetivos.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de junho de 2007.

  
**Deputado MOREIRA MENDES**  
**PPS/RO**

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00002**

<b>Data</b> 20 /06/2007	<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 375, de 2007</b>			
<b>Autor</b> <b>DEPUTADA ANDREIA ZITO</b>			<b>Nº do prontuário</b>	
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa <input type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se aos Incisos I, II e III do art. 2º da Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, a seguinte redação:

“Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos os limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994:

I - a remuneração do Cargo em Comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do Cargo em Comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida dos seguintes percentuais da remuneração do respectivo Cargo em Comissão:

a) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo DAS, níveis 1 e 2;

b) 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo DAS, nível 3; e

c) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6, e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A alteração proposta visa corrigir a distorção provocada por esta Medida Provisória, quando apresenta como novo, a redução do percentual da opção para os detentores de cargo efetivo e investidos nos cargos comissionados em pauta.

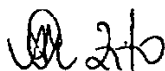
Desde o advento da Medida Provisória nº 163/2002, convertida na Lei nº 10.869/2004, que deu nova redação a Lei nº 10.470/2002, os servidores públicos federais do Poder Executivo ocupantes de cargos efetivos e investidos em cargos comissionados passaram a ter o direito de perceber a opção da remuneração do cargo efetivo com o acréscimo de sessenta e cinco (65%) e setenta e cinco (75%) por cento da remuneração desses cargos, dependendo do nível do cargo comissionado.

Por que que neste momento, onde está sendo concedido reajuste para os valores remuneratórios desses cargos, esses servidores não poderão ser beneficiados igualitariamente como os servidores ~~sem vínculo efetivo~~ com a administração pública, ou seja, não ocupantes de cargos efetivos, e ocupantes de cargos comissionados, se esses, os ocupantes de cargo efetivo, é que são os técnicos que comissionados ou não, permanecem no exercício de suas atividades sempre que acontece a mudança de governo.

Ressalte-se que os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do Governo Federal são os que trabalham, no mínimo, o interregno de trinta e cinco anos (se homem) e trinta anos (se mulher), responsabilizando-se pela execução das atribuições da máquina pública e, atualmente, por não existir mais o instituto da ascensão funcional conseguem algum tipo de reconhecimento profissional e financeiro quando convidados para o exercício de um desses cargos comissionados. Portanto, mais que merecedora a aprovação desta Emenda Substitutiva.

Na forma como o Governo editou a mencionada Medida Provisória podemos concluir que o servidor sem vínculo efetivo com administração pública está sendo mais valorizado do que o servidor ocupante de cargo efetivo como, por exemplo, o caso do DAS nível 3. Esse cargo teve um aumento de 139,76%, o qual foi repassado integralmente para o sem vínculo, enquanto que, para o servidor efetivo, ocupante deste mesmo cargo, o aumento representa tão somente 91,81%.

Sala das Sessões, em        de junho de 2007.



**Deputada ANDREIA ZITO**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-375

00003

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007
--------------------	--

autor Deputado Arnaldo Jardim	nº do prontuário 339
----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se o parágrafo 4º ao art. 2º da MP nº 375/2007 com vistas a incluir, nos artigos 16 e 20-C da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2005, novos incisos com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

(...)

§ 4º Os artigos 16 e 20-C da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 16. (...)*

*I – (...)*

*II – (...)*

*III – a partir de 1º de janeiro de 2008:*

*a) até quarenta por cento, incidentes sobre o vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e*

*b) até sessenta por cento, incidentes sobre o maior vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação institucional.*

*Art. 20-C. (...)*

*I – (...)*

*II – (...)*

*III – a partir de 1º de janeiro de 2008, até quarenta por cento, incidentes sobre o vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual, e até sessenta por cento, incidentes sobre o maior vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação institucional.*

## JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 375/2007, que “fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, traz, entre outros dispositivos, uma nova tabela dos Cargos Comissionados Técnicos (CCT) das Agências Reguladoras federais. Uma vez que a referida MP aborda assuntos relacionados aos recursos humanos das agências reguladoras, apresento esta emenda visando corrigir uma injustiça e que somente gerará impactos orçamentários a partir de 2008.

A Lei nº 10.871/2004 prevê que o quadro efetivo das Agências Reguladoras ~~se~~ composto por

dois cargos de nível superior ("Especialista em Regulação" e "Analista Administrativo") e dois cargos de nível médio ("Técnico em Regulação" e "Técnico Administrativo").

Na ocasião da criação dessas carreiras, foram estabelecidas duas gratificações (Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação – GDAR – e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATR) que, naquela época, foram instituídas com referência em outras gratificações, como a gratificação dos servidores do Banco Central e dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do Ministério do Planejamento. É o que consta da Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, posteriormente convertida na Lei 11.292/2006 ("Exposição de Motivos EMI Nº 579/MD/MRE/MDIC/MS/MF/MP/C. Civil-PR/GSI-PR"), que explicita o reconhecimento da importância das carreiras de Regulação e traz, em seu parágrafo 16, a clara intenção governamental de adequação remuneratória. Confira-se:

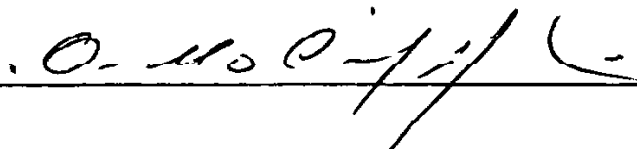
*"O artigo 3º [da MPV-269/2005] estabelece, ainda, alteração ao art. 16 da Lei nº 10.871, de 2004, a fim de promover majoração da gratificação das carreiras das agências reguladoras, que se faz necessária, em caráter urgente, a fim de assegurar melhores condições para que as mesmas possam constituir seu Quadro de Pessoal efetivo. Assim, (...) estamos propondo a correção da remuneração (...) de todas as Agências Reguladoras, objetivando equiparar a remuneração dessas carreiras à das carreiras que constituem o Ciclo de Gestão, adotada como parâmetro remuneratório, quando da criação das carreiras das Agências Reguladoras, cumprindo compromisso do Governo (...)"*

Contudo, da data em que a MP nº 155/2003 (que culminou com a edição da Lei nº 10.871/2004) até hoje, essas gratificações tiveram pequeno reajuste em 2005 e continuam bem atrás das demais gratificações observadas no Poder Executivo.

Portanto, esse ajuste, que teria efeitos financeiros apenas em 2008, não causaria nenhum desequilíbrio nas contas públicas em 2007, dando tempo ao Governo para que inclua, na Lei Orçamentária Anual de 2008, a previsão de recursos para esse reajuste na GDAR e na GDATR.

Além de ajustar essa situação, a emenda tem por objetivo prover as Agências Reguladoras de remunerações mais atrativas, evitando a grande evasão dos novos concursados que procuram outros concursos que possuam salários mais adequados, ou mesmo as empresas reguladas, da iniciativa privada.

PARLAMENTAR



**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00004**

<b>Data</b> 21 /06/2007	<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 375, de 2007</b>			
<b>Autor</b> <b>DEPUTADA ANDREIA ZITO</b>			<b>Nº do prontuário</b>	
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. Substitutiva <input type="checkbox"/> 3. Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta o Art. 4-A a Medida Provisória nº 375, de 2007, que dá nova redação ao Art. 3º da Lei nº 9.624/1998, para que as incorporações se dê até a data da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001.

Art. 4-A. Serão concedidas ou atualizadas as parcelas de quintos a que o servidor faria jus no período compreendido entre 19 de janeiro de 1995 até a data da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001, mas não incorporadas em decorrência das normas à época vigentes, observados os critérios:

I - estabelecidos na Lei nº 8.911, de 1994, na redação original, para aqueles servidores que completaram o interstício entre 19 de janeiro de 1995 e 28 de fevereiro de 1995;

II - estabelecidos pela Lei nº 8.911, de 1994, com a redação dada por esta Lei, para o cálculo dos décimos, para os servidores que completaram o interstício entre 1º de março e 26 de outubro de 1995.

Parágrafo único. Ao servidor que completou o interstício a partir de 27 de outubro de 1995 é assegurada a incorporação de décimo nos termos da Lei nº 8.911, de 1994, com a redação dada por esta Lei, com efeitos financeiros a partir da data em que completou o interstício.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda Aditiva visa a concessão de parcelas incorporadas de função, com a data limite da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001. (4/9/2001), situação esta que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por edição entre outras do Ofício Circular nº 01/2006, determinando a suspensão deste pagamento até que houvesse o julgamento do Mandado de Segurança nº 25.763, em curso no STF.



O art. 3º da Medida Provisória, tão-somente atualizou os décimos instituídos pela Lei nº 9.624/98 para quintos e transformou a referida vantagem em VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada), portanto, devida a partir da publicação da referida MP.

Há de se ressaltar que a incorporação gradual, ao cargo efetivo, de parcelas de remuneração pelo exercício de função de confiança ou cargo em comissão, comumente referenciada como incorporação de função ou de quintos, teve seu início com a Lei nº 6.732/79, onde em seus artigos 2º, 3º e 5º, objetivou propiciar estabilidade financeira aos servidores que por muitos anos ocupavam esses cargos e, em sendo de livre nomeação e exoneração, estavam submetidos, de forma até imediata e inesperadamente, a uma redução de sua remuneração.

Essa Lei regulamentava que o direito de o servidor incorporar a gratificação pelo exercício de cargos comissionados ou de funções gratificadas, se dava a partir do 6º ano de exercício, na proporção de 1/5 por ano completo de exercício, considerando como início do cômputo a data de 01/11/1974.

Com o advento da Lei nº 8.112/90, a gratificação, inicialmente, passou a ser incorporada na proporção de 1/5 a cada 12 meses de exercício de função, não se impondo mais o interstício de 5 anos para seu início. Tal procedimento foi regulamentado pela Lei nº 8.911/94, que substituiu a primeira "lei dos quintos" e a revogou expressamente em seu art. 13. Ressalto que o art. 3º da Lei nº 8.911/94, assim preconizava:

"Art. 3º. Para efeito do disposto no § 2º, do art. 62 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor investido em função de direção, chefia e assessoramento, ou cargo em comissão, previsto nesta Lei, incorporará à sua remuneração a importância equivalente à fração de um quinto da gratificação do cargo ou função para o qual foi designado ou nomeado, a cada doze meses de efetivo exercício, até o limite de cinco quintos."

Interessa-nos saber da edição de duas Medidas Provisórias: a de número 831, de 18 de janeiro de 1995, - que tratava da alteração da Lei nº 8.911/94, regulamentando a matéria especificamente - cujas reedições, num total de 41, foram acolhidas pela Lei nº 9.624, de 02 de abril de 1998; e a de número 1.522, de 11 de outubro de 1996, que tratava de alterações do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), dando origem à Lei nº 9.527/97.

A MP 831/95, na reedição número 9, passou a dar nova redação ao artigo 62 da Lei nº 8.112/90, estabelecendo a incorporação de 1/10 a cada 12 meses de exercício na função, até o limite de 10/10, sendo exigido o interstício de 05 anos de exercício na função para a incorporação do 1º décimo, repetindo o texto da MP 1480-31. Quando convertida na Lei nº 9.624/98, não manteve os atos praticados com base nas Medidas Provisórias que extinguiram os quintos, ratificando apenas os atos praticados a partir da MP 1.160, de 26/10/95, a qual instituiu os décimos.

A segunda MP, como já dito, foi convertida na Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e objetivou alterar vários artigos da Lei nº 8.112/90, atingindo o art. 62 desse estatuto, excluindo seus parágrafos que tratavam da incorporação dos décimos, extinguindo, em seu art. 15, a incorporação tratada nos artigos 3º e 10 da Lei 8.911/94 e, no seu artigo 18, revogou esses artigos.

Feito esse histórico, cabe-nos iniciar o exame dos efeitos das últimas leis sobre a matéria ora examinada. Nesse mister, observa-se que o art. 15 da Lei nº 9.527/97, assim estabelecia:

"Art. 15. Fica extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se refere os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994."

§1º. A importância paga em razão da incorporação a que se refere este artigo passa a constituir a partir de 11 de novembro de 1997, vantagem nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais."

Não obstante a Lei nº 9.527/97 ter extinto o regime de incorporação, a Lei nº 9.624/98, editada quatro meses após essa, e cuja ementa rezava:

"Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências", em seu artigo 2º, assim dispôs:

"Art. 2º. Serão consideradas transformadas em décimos, a partir de 1º de novembro de 1995 e até 10 de novembro de 1997, as parcelas incorporadas à remuneração, a título de quintos, observado o limite máximo de dez décimos.

Parágrafo único. A transformação de que trata este artigo dar-se-á mediante a divisão de cada uma das parcelas referentes aos quintos em duas parcelas de décimos de igual valor."

Uma simples leitura dos dispositivos anteriores nos aponta a sua contradição. Ora, se a lei anterior, no seu parágrafo primeiro, disciplinava que a vantagem da incorporação estava transformada em VPNI, e o artigo 2º da Lei nº 9.624/1998, (posterior), refere-se a essa vantagem como décimos, só podemos concluir que, como efeito imediato, a VPNI anterior transformou-se em décimos, com arrimo na Lei de Introdução ao Código Civil, o qual estabelece que lei posterior revoga a anterior quando regulamenta a mesma matéria de forma contrária. Assim, chegamos à conclusão de que a VPNI então existente transformou-se em décimos, que ficaram sujeitos aos reajustes das remunerações das funções (art. 4º da Lei nº 9.624/1998), encontrando-se derogado o parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.527/97.

Contudo, a Lei nº 9.624/98 não se limitou a isso. Em seu art. 3º, assim dispôs:

"Artigo 3º Serão concedidas ou atualizadas as parcelas de quintos a que o servidor faria jus no período compreendido entre 19 de janeiro de 1995 e a data de publicação desta Lei, mas não incorporadas em decorrência das normas à época vigentes, observados os critérios:

I - estabelecidos na Lei nº 8.911, de 1994, na redação original, para aqueles servidores que completaram o interstício entre 19 de janeiro de 1995 e 28 de fevereiro de 1995;

II - estabelecidos pela Lei nº 8.911, de 1994, com a redação dada por esta Lei, para o cálculo dos décimos, para os servidores que completaram o interstício entre 1º de março e 26 de outubro de 1995.

Parágrafo único. Ao servidor que completou o interstício a partir de 27 de outubro de 1995 é assegurada a incorporação de décimo nos termos da Lei nº 8.911, de 1994, com a redação dada por esta Lei, com efeitos financeiros a partir da data em que completou o interstício."

Esse artigo objetivou expressamente atualizar e/ou conceder novas parcelas de quintos para todos os servidores até a data da lei (02/04/1998). Realizou tal intento por intermédio da técnica legislativa de se apropriar dos conceitos inaugurados pela Lei nº 8.911/94, e já revogados pela Lei nº 9.527/97, ao fazer menção expressa a esses dispositivos. Assim, essa lei concedeu a todos os servidores públicos federais nova parcela de quintos, ao referir-se expressamente aos artigos 3º e 10º da Lei nº 8.911/1994.

Prosseguindo a análise da Lei nº 9.624/98, no tocante à matéria, deparamo-nos com o seu art. 5º que assim estabelece:

"Art. 5º. Fica resguardado o direito à percepção dos décimos já incorporados, bem como o cômputo do tempo de serviço residual para a concessão da próxima parcela, até 10 de novembro de 1997, observando-se o prazo exigido para a concessão da primeira fração estabelecido pela legislação vigente à época "

Com esse artigo, está claro que a Lei nº 9.624/98 não se restringiu a regulamentar os quintos para o passado (arts. 2º e 3º) mas, também, disciplinou a concessão de décimos para o futuro. Novamente, observamos que essa lei veio disciplinar o assunto de forma contrária ao contido no art. 15 da Lei nº 9.527/97, pois enquanto aquela prevê a concessão de novas parcelas, este previa a extinção da vantagem, como transcrito anteriormente. A consequência lógica disso foi a derrogação do caput desse artigo, nos termos previstos na Lei de Introdução ao Código Civil, pois não se poderia conceder novas parcelas estando esse instituto extinto.

Chegou-se a concluir que o artigo 5º da Lei nº 9.624/98 se referia apenas ao resíduo e que estaria extinta a incorporação. Contudo, chamamos a atenção para o fato de que esta Lei não manifestou, expressamente, que estavam extintos os décimos por ela regulados, em nenhum de seus artigos, nem os transformou em VPNI. Sempre que o legislador assim o quis, o fez expressamente, como ocorreu na edição do art. 15 da Lei nº 9.527/97, já transcrito.

Chamamos atenção, também, para o fato de que esse artigo se refere à contagem do tempo residual para a concessão da próxima parcela, não para a concessão da última parcela, outra forma que poderia deixar clara a intenção do legislador em encerrar a visto na redação original do art. 3º da Lei nº 8.911/94, pois a redação que vinha sendo dada a esse dispositivo até a edição da Medida Provisória nº 1.480/36, que exigia um período de carência para a concessão da próxima parcela, não foi convertida em lei;

No tocante ao art. 5º, ao ser resguardado o cômputo do tempo de serviço residual até 10/11/97 para a concessão da próxima parcela, não há menção expressa aos termos da Lei nº 8.911/84, como ocorre no art.3º. No entanto, nele se determina a observância do prazo para incorporação da primeira fração estabelecido pela legislação vigente à época. Como esta era a Lei nº 8.911/94, cujo art. 3º, caput, não teve sua redação original alterada e exigia o implemento do período de doze meses de efetivo exercício, conclui-se ser este o prazo a ser cumprido pelos servidores que iniciaram contagem de novo período aquisitivo até 10/11/97, para que possam incorporar nova parcela de função comissionada.

O artigo 3º da Lei nº 9.624/1998 restringe a possibilidade de incorporação de parcelas até 08/04/98. Contudo, esta data não pode ser tomada como limite máximo para concessão das incorporações previstas no artigo 5º daquele diploma legal, onde não há fixação de termo final. Afastada, portanto, fica a possibilidade de incorporação da próxima parcela apenas até à data de publicação do citado diploma legal de 1998, restando, pois, concluir que a aquisição do direito à incorporação da próxima parcela consumir-se-á quando do cumprimento do interstício de doze meses, a ser apurado em cada caso individual".

Em resumo, a Lei nº 9.624/98 teve como efeitos:

a atualização dos quintos até 08.04.98, com a conseqüente transformação da VPNI instituída pela Lei nº 9.527/97, em quintos e sua posterior conversão em décimos; e

a concessão de novos décimos a partir de abril de 1998, contando, inclusive, com o tempo residual. Encontra-se, assim, revigorado o regime de incorporação, na forma de décimos, nos termos regulamentados pela Lei nº 9.624/98.

Com o advento da Medida Provisória nº 2.225, de 04/09/2001, surge nova regulamentação da matéria, por meio de seu art. 3º que assim preconiza:

"Art. 3º Fica acrescido à Lei nº 8.112, de 1990, o art. 62-A, com a seguinte redação:

Artigo 62-A - Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais."

Com a edição dessa MP novo esforço hermenêutico foi exigido do aplicador do direito. A menção expressa aos arts. 3º e 10º da Lei nº 8.911/94, já revogados pelo art. 18 da Lei nº 9.527/97, lançou discussões acerca do real sentido dessa remissão. Alguns, entendem que essa menção pretendeu apenas fazer referência à lei que deu origem à vantagem ora transformada em VPNI. Ocorre que esses artigos já haviam sido incorporados pela Lei nº 9.624/98. Inclusive, a vantagem por eles regulamentada (quintos), já havia sido transformada em décimos por essa lei. Assim, a simples referência à Lei nº 9.624/98 bastaria para alcançar tal intento. Logo, essa não pode ser a intenção da norma.

Deve ser buscado, então, outro sentido a essa nova referência à lei revogada, o que nos faz retroceder à mesma situação vivida por ocasião da edição da Lei nº 9.624/98. Veja que essa lei também se utilizou da remissão aos artigos da lei revogada e pretendeu, assim, incorporar seus conceitos em seu corpo. Logo, a única conclusão lógica a chegar é no sentido da repetição do ocorrido por ocasião da edição da Lei nº 9.624/98, ou seja, que essa nova Medida Provisória pretendeu atualizar os quintos até a data de sua edição (04/09/2001).

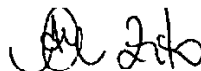
Veja que se pretendeu apenas reproduzir a situação já vivenciada, com a diferença de que, agora, não há mais que se falar em resíduos, nem se precisa regular situações temporais diversas, como teve de ser enfrentado pela Lei nº 9.624/98, podendo, portanto, ser mais simples.

O entendimento de que, embora a MP faça referência apenas aos décimos do art. 3º da Lei nº 9.624/98, ela atingiu, também, os décimos concedidos com base no art. 5º dessa lei, pois sendo o único objetivo da norma transformar em VPNI a vantagem decorrente do instituto da incorporação, não pode o intérprete entender que persistiriam os décimos do art. 5º, sob pena de retirar a lógica da lei como um todo, levando ao absurdo de se ter parte dos décimos transformada em VPNI e outra parte não, o que não se mostra razoável.

Em síntese, é devido a concessão de décimos até 04/09/2001, quando então a vantagem deve ser atualizada para quintos, como ocorrido por ocasião da edição da Lei nº 9.624/98, e depois em VPNI, em razão da novel MP. Melhor dizendo, é devido à percepção de décimos desde abril de 1998, e a percepção dos quintos atualizados transformados em VPNI, a partir de 05/09/2001, data da publicação da MP ora examinada.

Esta é a justificação que entendo cabível para a aprovação desta Emenda Aditiva à Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007.

Sala das Comissões Mistas, em                      de junho de 2007.



Deputada ANDREIA ZITO

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00005**

<b>Data</b> 21/07/2007	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 375 de 2007			
<b>Autor</b> Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ)		<b>nº do prontuário</b>		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Revogam-se os seguintes artigos e disciplina as disposições finais:

*"I - os arts. 1º, 2º, 4º e o Anexo da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002;*

*II - os §§ 2º e 3º do art. 58 e o Anexo XIII da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;*

*III - o art. 2º e a terceira coluna do Anexo II da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;*

*IV - a terceira coluna do Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998;*

*V - o art. 3º e o Anexo II da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;*

*VI - o art. 155 e a terceira coluna do Anexo XXIX da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;*

*VII - o art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;*

*VIII - o § 2º do art. 1º e os Anexos I e II da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991;*

IX - o § 3º do art. 4º e a segunda coluna do Anexo da Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002;

X - a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995;

XI - o art. 73, o parágrafo único do art. 74 e as Tabela V e VI do Anexo I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XII - o art. 17 e o Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

XIII - o art. 12 da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004;

XIV - o Anexo X da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992; e

XV - o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

*Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.*

*Art. 15. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.”*

Sala das Sessões, 21 de junho de 2007.



**Deputado EDMILSON VALENTIM**  
**PCdoB/RJ**

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00006**

<b>Data</b> 21/07/2007	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 375 de 2007			
<b>Autor</b> Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ)			<b>nº do prontuário</b>	
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

2006: Acrescente-se o § 4º ao artigo 147 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de

*"Art. 147. A aplicação do disposto nesta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões.*

*§ 1º Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da implementação de tabelas ou da reorganização ou reestruturação das Carreiras, conforme o caso.*

*§ 2º Em se tratando de redução de remuneração prevista em edital de concurso público válido ou em andamento na data de publicação da Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006, decorrente da nomeação para os cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, fica assegurado ao candidato que venha a exercer o cargo, como VPNI, o pagamento da diferença remuneratória calculada com base na remuneração prevista para o padrão inicial da Classe inicial de*



*respectivo cargo do Plano de Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia vigente na data de entrada em exercício.*

*§ 3º A VPNI estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.*

*§ 4º. Não se aplica o disposto neste artigo ao adicional por tempo de serviço, à Gratificação de Atividade Executiva - GAE e à diferença de vencimentos criada pelo § 3º do artigo 4º da Lei nº 8.270/91, percebidos pelos servidores do DATASUS.”*

#### **Justificativa**

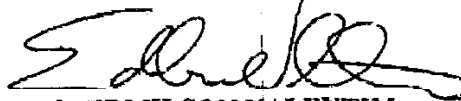
A inclusão dessas parcelas pecuniárias no cálculo da nova remuneração, cujo excedente será transformado em VPNI causa redução da remuneração já percebida para os servidores da DATASUS, visto que esses servidores, como já dito, ao ingressarem no PCCS tiveram sua remuneração dividida em duas rubricas denominadas: vencimento e diferença de vencimentos, eis que a remuneração percebida era maior do que a remuneração do PCCS.

Assim, sobre a diferença de vencimentos incidia a Gratificação de Atividade Executiva - GAE, o adicional por tempo de serviço, os índices de reajuste e revisão salarial, isto é, todos os índices aplicados ao vencimento básico, às gratificações e aos adicionais, bem como a criação de novas pecúnias também incidiam sobre a diferença de vencimentos, que é salário.

Desse modo, no caso dos servidores da DATASUS, a hipótese de transformar essas rubricas em VPNI causará uma redução drástica da remuneração desses servidores, visto que sobre essas parcelas remuneratórias não incidirão os mesmos índices de revisão e de reajuste salarial, aplicados a nova remuneração, ocasionando o desaparecimento da diferença de vencimento, que possui natureza eminentemente salarial, ferindo o princípio da isonomia e da irredutibilidade de vencimentos.

Ademais no termo de compromisso firmado entre os Ministros: Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro da Previdência Social, Ministro da Saúde, Ministro do Trabalho e Emprego e as representações sindicais (CUT, CNTSS, FENASPS e CONDSEF), que culminou com a concessão do reajuste de 47,11%, ficou acordado que a única parcela a ser absorvida, no todo ou em parte, administrativamente ou judicialmente concedida, seria o adiantamento pecuniário - PCCS.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2007.



Deputado EDMILSON VALENTIM  
PCdoB/RJ

### **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 375, DE 2007**

**MPV-375**

**00007**

*Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

### **EMENDA N.º**

Inclua-se o seguinte art. 5º à Medida Provisória n.º 375, de 15 de junho de 2007, renumerando-se os demais:

“Art. 5º Os valores globais destinados para o pagamento dos cargos em comissão ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados da União referidos nesta Medida Provisória, tendo como base o ano de 2006, serão reduzidos em:

- I – 10% (dez por cento) em 2007;
- II – 25% (vinte e cinco por cento) em 2008;
- III – 35% (trinta e cinco por cento) em 2009;
- IV – 50% (cinquenta por cento) em 2010;
- V – 60% (sessenta por cento) em 2011;
- VI – 70% (setenta por cento) em 2012;

VII – 75% (setenta e cinco por cento) em 2013.

§ 1º No primeiro decêndio de fevereiro dos anos de 2008 a 2014, o controle interno de cada órgão enviará ao Tribunal de Contas relatório circunstanciado relativo às reduções previstas nos incisos de I a VII do *caput* deste artigo.

§ 2º Em caso de inobservância do disposto no *caput* deste artigo, os órgãos não poderão:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro órgão ou ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.”

### JUSTIFICATIVA

É notório o fato de que, nos últimos anos, o Governo Federal não possui qualquer programa ou planejamento de curto, médio ou longo prazos para o funcionalismo público. De outro lado, o Governo Federal, por meio de Medidas Provisórias, vem, sistematicamente, criando diversos cargos de livre nomeação e exoneração (ou seja, cargos ocupados por servidores não concursados), em clara discordância com o que agora vem defender com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), quer seja, a contenção dos gastos com o funcionalismo público até o ano de 2016.

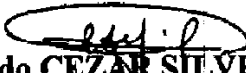
Atualmente, existem mais de 20 mil cargos DAS, de livre nomeação e exoneração, no Executivo Federal. Somente no governo Lula, foram criados cerca de 3 mil cargos dessa natureza. A majoração das remunerações é válida na medida em que valoriza o serviço público. No entanto, o benefício ora proposto pelo governo atinge apenas uma parcela do pessoal e, pior, aqueles utilizados – não sempre, mas no mais das vezes – como instrumento de fisiologismos. É preciso, ao contrário, valorizar os servidores e respeitar o princípio do concurso público. Nesse sentido, propomos estabelecer mecanismo que preveja a redução dos cargos de livre nomeação e exoneração até o ano de 2013.

O dispêndio com cargos ocupados por agentes públicos não concursados chega, em alguns casos, a mais de 70% do total da despesa com pessoal. Como se não bastasse, com frequência esses cargos são utilizados como barganha política pelo governo de plantão, o que é uma deturpação da finalidade do serviço público.

Por esses motivos, acreditamos que, com o acatamento da Emenda ora proposta, haverá uma substancial redução nos gastos com pessoal. A redução ano a ano atende, também, à necessidade de a Administração Pública se adequar, ao longo do tempo, a essa nova realidade, nomeando novos servidores nos casos necessários, mas, dessa vez, por concurso público.

Como se sabe, a contratação de servidores não concursados, que no mais das vezes possuem excelente qualificação, é necessária, devido a casos de urgência e interesse público. No entanto, essa não pode ser a regra.

Sala da Comissão, em        de junho de 2007.

  
Deputado **CEZAR SILVESTRI**  
PPS/PR

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

**MPV-375**

**00008**

*Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

**EMENDA Nº**

Inclua-se o seguinte art. 5º à Medida Provisória nº375, de 15 de junho de 2007, renumerando-se os demais:

“ Art. 5º. O quantitativo de cargos em comissão ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados da União, referidos nesta Medida Provisória, tendo como base o ano de 2006, será reduzido em:

- I - no mínimo, 10% (dez por cento) em 2008;
- II - no mínimo, 20% (vinte por cento) em 2009;
- III - no mínimo, 30% (trinta por cento) em 2010;
- IV - no mínimo, 40% (quarenta por cento) em 2011;
- V - no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em 2012;
- VI - no mínimo, 60% (sessenta por cento) em 2013;
- VII - no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) em 2014.

§ 1º Os valores destinados ao pagamento dos cargos que trata o caput deste artigo deverão ser reduzidos nas mesmas proporções previstas nos incisos I ao VII do caput deste artigo.

§ 2º No primeiro decêndio de fevereiro dos anos de 2009 a 2015, o controle interno de cada órgão enviará ao Tribunal de Contas da União relatório circunstanciado relativo às reduções previstas nos incisos de I a VII do caput deste artigo.

§ 3º Em caso de inobservância do disposto no caput deste artigo, os órgãos não poderão:

- I - receber transferências voluntárias;
- II - obter garantia, direta ou indireta, de outro órgão ou ente;
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem À redução das despesas com pessoal."

## **JUSTIFICATIVA**

Um dos aspectos mais importantes para a efetividade das políticas públicas e o bom funcionamento da administração pública é a possibilidade de continuidade na gestão. Infelizmente, por diversas razões, a administração pública brasileira tem convivido com a proliferação demasiada dos cargos de confiança com consequências importantes sobre ela.

Bem sabemos que a contratação de servidores não concursados é necessária mas não pode ser alastrada de tal forma que comprometa o andamento das políticas públicas, desprestige os servidores públicos de carreira e possibilite a não observância do interesse público. Um novo patamar qualitativo deve ser dado no serviço público, assim como foi a necessidade do concurso para admissão no

serviço público fixada na Constituição Federal de 1988. Não podemos continuar com os mais de 20.00 (Vinte Mil) cargos de confiança.

Desta forma, acreditamos que a redução planejada dos cargos ocupados por servidores terá impacto substancialmente maior e bastante mais benéfico e eficaz na contenção de gastos e na valorização das carreiras públicas. É preciso, ao contrário, valorizar os servidores e respeitar o princípio do concurso público.

A redução ano a ano atende, também, à necessidade de a Administração Pública se adequar, ao longo dos anos, a essa nova realidade valorizando, desta forma, as carreiras públicas e a boa governança administrativa de acordo com os preceitos constitucionais.

Sala da Comissão, em        junho de 2007.

  
Deputado **CEZAR SILVESTRI**  
PPS/PR

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

**MPV-375**

**00009**

*Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

### **EMENDA N.º**

Inclua-se o seguinte art. 5º à Medida Provisória 375, de 15 de junho de 2007, renumerando-se os demais:

“Art. 5º. Os percentuais mínimos de ocupação dos cargos em comissão, referidos nesta Medida Provisória, por servidores de carreira, tendo como base o ano de 2007, deverão ser de:

I – 85% (oitenta e cinco por cento) dos cargos em comissão DAS, níveis 1,2 e 3 e equivalentes;

II – 75% (setenta e cinco por cento) dos cargos em comissão DAS, nível 4 e equivalentes;

III – 60% (sessenta por cento) dos cargos em comissão DAS, nível 5 e equivalentes;

IV – 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão DAS; nível 6 e equivalentes.

§ 1º para fins desta Lei, considera-se como servidor de carreira os servidores, ativos ou inativos, oriundos de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no qual ingressou mediante concurso público ou, se em data anterior a 5 de outubro de 1988, mediante forma de provimento permitida pelo ordenamento jurídico da época de ingresso.

§ 2º Esta medida deverá entrar em vigor a partir de 01 de janeiro de 2008.

§ 3º No primeiro decêndio de fevereiro de 2009 o controle interno de cada órgão enviará ao Tribunal de Contas relatório circunstanciado relativo à exigência prevista no caput deste artigo.

§ 4º Em caso de inobservância do disposto no caput deste artigo, os órgãos não poderão:

I - receber transferências voluntárias;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.”

## **JUSTIFICATIVA**

O serviço público federal tem se caracterizado ao longo dos últimos anos pela busca da qualidade em seus quadros. A necessidade do concurso público para o ingresso permanente no funcionalismo público, a partir da Constituição Federal de 1988, fez com que o nível dos quadros melhorasse sobremaneira, com visíveis consequências para a melhoria da administração pública e a eficiência das políticas públicas. No entanto, a possibilidade de livre provimento dos cargos em comissão, muitos deles os mais importantes da estrutura da administração pública, tem possibilitado situações indesejáveis com prejuízos para a administração pública e desprestígio para as carreiras públicas.

Em 21 de julho de 2005 foi publicado o Decreto nº5.497 que dispôs sobre o provimento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS. Com ele foram estabelecidos alguns critérios de ocupação destes cargos com exclusividade de servidores de carreiras. No entanto, acreditamos que a presente proposta ao restringir mais o acesso aos cargos em comissão contribui para a valorização dos servidores e das carreiras públicas, para a boa governança administrativa e para a melhoria de nossas políticas públicas. Além disso, segundo podemos observar de dados extraídos do Boletim Estatístico do Pessoal de 2006 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os percentuais definidos nos incisos I a IV da presente Emenda são bastante próximos a participação efetiva de servidores de carreira nos cargos em comissão do Poder Executivo.

Por fim, vale lembrar que a parcela dos cargos sujeita a livre nomeação, sem a obrigatoriedade da nomeação de servidores públicos de carreira, visa dar conta das necessidades pontuais dos dirigentes máximos de cada órgão.

Sala da Comissão, em       junho de 2007.

  
Deputado **CEZAR SILVESTRI**  
PPS/PR



MPV-375

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00010

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375/07
--------------------	---

Autor Antônio Carlos Magalhães Neto	Nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	-----------------	--------------	---

Página 3	Artigo 7º	Parágrafo Único	Inclso	Alínea
----------	-----------	-----------------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 375, de 2007, o artigo 6º com a redação seguinte, remunerando-se os demais.

Art. 6º- para efeito de cálculo da contribuição dos servidores públicos ocupantes de cargos em comissão em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal em favor de partidos políticos, não incidirá sobre os valores pecuniários decorrentes dos índices de reajustes aplicados por esta Medida Provisória.

## JUSTIFICATIVA

Os servidores públicos que ocupam cargos na administração pública são obrigados a contribuir com uma cota parte de sua remuneração ao partido, a exemplo do Partido dos Trabalhadores que inclusive consta do seu estatuto, o chamado dízimo (até 10% da remuneração).

O Ministro do STF e Presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, foi duro ao abordar a questão. Para ele, *"a cobrança de contribuição partidária dos ocupantes de cargos comissionados fere o artigo 37 da Constituição, que trata dos princípios da impessoalidade e da moralidade no poder público. Marco Aurélio diz que esse modelo favorece filiados do partido do governo na disputa por cargos públicos no âmbito federal, estadual e municipal."*

O ministro também ponderou *"que, para conseguir esses postos, os servidores poderão se filiar sem levar em consideração suas convicções ideológicas em nome de uma remuneração melhor, acrescentando que esse tipo de contribuição é a uma forma de desviar dinheiro público em benefício de uma determinada legenda."* (grifos nossos):

Destarte, a emenda ora proposta tem por fim limitar essa cobrança ilegal, até que esta Casa ou o Poder Judiciário sepulte de vez essa subtração das remunerações dos servidores públicos e privados.



PARLAMENTAR

MPV-375

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375/07
--------------------	---

Autor Antônio Carlos Magalhães Neto	Nº de prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. modificativa	4. X <input checked="" type="checkbox"/> editiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	-----------------	--	---

Página 3	Artigo 7º	Parágrafo Único	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se à Medida Provisória nº 375, de 2007, o artigo 6º com a redação seguinte, renumerando-se os demais.

Art. 6º- Aplica-se sobre as tabelas de vencimentos dos servidores ocupantes de cargos efetivos ou empregos em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, o reajuste de 40% (quarenta por cento).

**JUSTIFICATIVA**

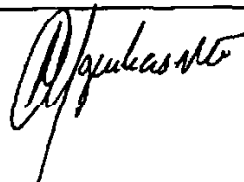
Faz mais de 6 (seis) anos que o governo federal não concede reajuste de forma geral aos seus servidores, apesar do sacrifício a que a categoria vem sendo submetida. Mais ainda vale lembrar que o governo Lula ao longo desse período criou mais de 4.600 (quatro mil e seiscentos) cargos comissionados para empregar seus cabos eleitorais, sem contar os integrantes das empresas estatais sobre as quais não se tem controle, em face da sua autonomia. No último dia 19 do mês de junho foram criados 626 cargos comissionados (MP 377/07).

Não bastasse esse abuso, o Presidente da República por meio desta Medida Provisória reajusta todos os cargos comissionados cujos índices variam de 30% a 130%. Desse modo, verifica-se uma contradição ímpar instalada no governo da república, pois só o governo Lula vem tratando com total discriminação os servidores detentores de cargo

Portanto, a presente emenda tem o objetivo de reajustar os vencimentos dos servidores públicos detentores de cargos efetivos, por medida de inteira e oportuna justa.

PARLAMENTAR

--



20/06/2007

MPV-375

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00012

data <b>18/06/2007</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 375</b>
---------------------------	---

autor <b>Deputado Federal Luis Carlos Heinze</b>	nº do prontuário
---	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se o seguinte artigo 6º à Medida Provisória 375 de 15 de junho de 2007, renumerando-se os demais.

Art. 6º - O § 1º do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"§ 1º O Certificado de Registro de Arma de Fogo será expedido, mediante prévia autorização do Sinarm, pela Polícia Federal ou, nas localidades onde não houver delegacia da Polícia Federal, pela Polícia Civil da Unidade da Federação onde residir o requerente." (NR)*

JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto do Desarmamento, na ânsia de produzir o mais rapidamente seus fins pretendidos, em muitos aspectos não atentou para questões de ordem prática que se impõem diante de determinados dispositivos seus, ou que se tornaram inócuos porque simplesmente ignorados, ou impuseram condições muito acima do que seria razoavelmente admissível.

Daí o sem número de proposições que já lhe impuseram modificações, afora uma infinidade de muitos outros projetos de lei que tramitam pelo Congresso Nacional com o fim de produzir alterações em dispositivos diversos do Estatuto do Desarmamento.

Nesse mister, tivemos a percepção que nem sempre, particularmente nas áreas

mais remotas, existe unidade da Polícia Federal para fazer cumprir as disposições do Estatuto no que concerne à emissão do Certificado de Registro de Arma de Fogo, sendo patente que Estado não pode negar ou dificultar o acesso ao porte das armas às pessoas que estão em áreas mais remotas.

Por isso que propomos que, onde não houver delegacia da Polícia Federal, a Polícia Civil da Unidade da Federação onde residir o requerente possa emitir esse certificado.

Entendendo que esta proposição colabora para o aperfeiçoamento do nosso sistema jurídico, contamos com o apoio dos nossos Pares para a sua aprovação.

PARLAMENTAR

Brasília – DF de 2007

  
Luis Carlos Heinze  
Deputado Federal - PP/RS

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00013**

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007			
autor Deputado Arnaldo Jardim	nº do prontuário 339			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescente-se um artigo, onde for mais adequado, à MP nº 375/2007, com a seguinte redação:</p> <p><i>"O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta Lei, projeto de lei dispondo sobre a reestruturação das carreiras criadas pela Lei nº 10.871 de 20 de maio de 2004 com base no padrão remuneratório das carreiras do Ciclo de Gestão".</i></p>				

### JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 375/2007, que “fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, traz, entre outros dispositivos, uma nova tabela dos Cargos Comissionados Técnicos (CCT) das Agências Reguladoras Federais. Uma vez que a referida MP aborda assuntos relacionados aos recursos humanos das Agências Reguladoras, apresento esta emenda visando corrigir uma injustiça.

A equiparação da remuneração das carreiras das agências reguladoras ao denominado “Ciclo de Gestão” é um compromisso manifesto pelo Governo Federal, contido no item 16 da Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 269/2005, *in verbis*:

*“(...) estamos propondo a correção da remuneração dos cargos de todas as Agências Reguladoras, objetivando equiparar a remuneração dessas carreiras à das carreiras que constituem o Ciclo de Gestão, adotada como parâmetro remuneratório, quando da criação das carreiras das Agências Reguladoras, cumprindo compromisso do Governo (...)”.*

Contudo, a MP em questão não promoveu a prometida equiparação remuneratória. A presente Emenda visa corrigir esta distorção.

PARLAMENTAR

*C. M. P. /*

# APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-375

00014

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007
--------------------	--

autor <b>Deputado Arnaldo Jardim</b>	nº do prontuário 339
---	-------------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
-------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se um artigo à MP nº 375/2007, onde couber, com vistas a dar nova redação aos incisos XVII e XVIII do art. 1º da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2005:

*"XVII - Analista em Gestão de Regulação, composta de cargos de nível superior de Analista em Gestão de Regulação, com atribuições voltadas para o exercício de atividades em gestão de regulação, de planejamento, administrativas, logísticas e de relacionamento institucional relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades".*

*"XVIII - Técnico em Gestão de Regulação, composta de cargos de nível intermediário de Técnico em Gestão de Regulação, com atribuições voltadas para o exercício de atividades em gestão de regulação, de planejamento, administrativas, logísticas e de relacionamento institucional de nível intermediário relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades".*

## JUSTIFICAÇÃO

A MP nº 375/2007, que "fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional", traz, entre outros dispositivos, uma nova tabela dos Cargos Comissionados Técnicos (CCT) das Agências Reguladoras Federais. Uma vez que a referida MP aborda assuntos relacionados aos recursos humanos das Agências Reguladoras, apresento esta emenda visando corrigir uma injustiça, ressaltando que a mesma não possui impacto orçamentário algum.

A Lei nº 10.871/2004 prevê que o quadro efetivo das Agências Reguladoras é composto por dois cargos de nível superior ("Especialista em Regulação" e "Analista Administrativo") e dois cargos de nível médio ("Técnico em Regulação" e "Técnico Administrativo"). Os primeiros ligados às atividades consideradas "finalísticas" (regulação, fiscalização, mediação etc); os demais, ligados às atividades de subsídio à Regulação, denominados "meio" (administração, orçamento, contratos, recursos humanos, gestão pública etc).

Numa determinada carreira os nomes dos cargos devem ter compatibilidade com os órgãos de origem. Por exemplo, no Poder Legislativo, existe o "Analista Legislativo". No Poder Judiciário, existe o cargo efetivo de "Analista Judiciário". No Ministério do Planejamento, existe o "Analista de Planejamento e Controle". No Banco Central, há o "Analista do Banco Central". E poderíamos citar inúmeros outros exemplos.

Contudo, nas Agências Reguladoras, a nomenclatura adotada para os cargos relacionados às "atividades-meio" não guarda exata semelhança com a atividade desempenhada por esses servidores no órgão regulador. Além do mais, os Conselhos Federal e Regional de Administração entendem que, para esses cargos, só seria possível realizar concurso público voltado para candidatos que possuíssem formação superior em Administração de Empresas. Porém, dentro da abordagem multidisciplinar das Agências Reguladoras, os cargos são oferecidos para candidatos de qualquer formação, estimulando a participação de o maior número possível de pessoas no certame.

Como os cargos de "Especialista em Regulação" e "Técnico em Regulação" já possuem originalmente a expressão "Regulação" em seus nomes, sugere-se, por meio dessa emenda, a modificação dos nomes dos cargos de "Analista Administrativo" e de "Técnico Administrativo" para "Analista em Gestão de Regulação" e "Técnico em Gestão de Regulação", respectivamente, a fim de corrigir essa distorção e melhorar a auto-estima desses profissionais.

Essa emenda também introduziu as palavras "de planejamento" e "relacionamento institucional" ao rol de atribuições desses servidores, com vistas a mostrar a abrangência e a responsabilidade do cargo. A nova redação proposta pela emenda em questão não provoca impactos orçamentários.

Além de ajustar essa situação, a emenda tem por objetivo prover as Agências Reguladoras de uma nomenclatura mais moderna e bem mais adequada na composição de seu quadro de pessoal efetivo uma vez que a expressão "Administrativo", contida nos cargos dos incisos XVII e XVIII do art. 1º da Lei nº 10.871/2004, pouco identifica esse segmento e quase nada agrega em termos de valorização da carreira de regulação.

PARLAMENTAR

O. M. P. J. /

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00015**

<small>data</small> 19/06/2007	<small>proposição</small> Medida Provisória nº 375
-----------------------------------	---

<small>autor</small> Deputado Federal Luis Carlos Heinze	<small>nº do prenotário</small>
---	---------------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se, onde couber, o seguinte artigo a Medida Provisória 375 de 15 de junho de 2007.

Art. - O § 3º do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"§ 3º Os registros de propriedade, expedidos pelos órgãos estaduais, realizados até a data da publicação da regulamentação desta Lei, deverão ser renovados mediante o pertinente registro federal no prazo máximo de 6 (seis) anos.*

#### JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto do Desarmamento, na ânsia de produzir o mais rapidamente seus fins pretendidos, em muitos aspectos não atentou para questões de ordem prática que se impõem diante de determinados dispositivos seus, ou que se tornaram inócuos porque simplesmente ignorados, ou impuseram condições muito acima do que seria razoavelmente admissível.

Daí o sem número de proposições que já lhe impuseram modificações, afora uma infinidade de muitos outros projetos de lei que tramitam pelo Congresso Nacional com o fim de produzir alterações em dispositivos diversos do Estatuto do Desarmamento.

Nesse mister, tivemos a percepção que nem sempre, particularmente nas áreas mais remotas, existe unidade da Polícia Federal para fazer cumprir as disposições



do Estatuto no que concerne à emissão do Certificado de Registro de Arma de Fogo, sendo patente que Estado não pode negar ou dificultar o acesso ao porte das armas às pessoas que estão em áreas mais remotas.

Por isso que propomos que, onde não houver delegacia da Polícia Federal, a Polícia Civil da Unidade da Federação onde residir o requerente possa emitir esse certificado.

Entendendo que esta proposição colabora para o aperfeiçoamento do nosso sistema jurídico, contamos com o apoio dos nossos Pares para a sua aprovação.

PARLAMENTAR

Brasília – DF de 2007

  
Luis Carlos Heinze  
Deputado Federal - PP/RS

COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

**MPV-375**

**00016**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 3º da Lei nº 10.910, de 2004, alterado pelo art. 43 da Lei 11.457, de 16 de março de 2007, a seguinte redação:

*"Art. 3º A Gratificação de Atividade Tributária - GAT de que trata o art. 15 da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, devida aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, fica incorporada aos vencimentos do cargo efetivo, em valor equivalente a setenta e cinco por cento do vencimento básico do servidor.*

*Parágrafo único. Estende-se o disposto no caput aos proventos de aposentadoria e às pensões."*

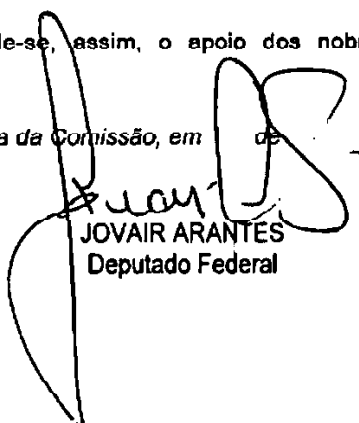
### JUSTIFICAÇÃO

A parcela remuneratória alcançada pela presente emenda, na forma atribuída pela Medida Provisória, perdeu as razões que a mantinham como vantagem desatrelada do vencimento básico. Na redação anterior, ainda se poderia defender a dissociação da vantagem, na medida em que se previam dois parâmetros para seu cálculo, um deles fundado no padrão em que o servidor se enquadrava e outro no valor máximo da tabela de vencimentos básicos, o que deixou de ocorrer após a edição da Lei ora emendada.

Torna-se, pois, indispensável reconhecer a verdadeira natureza da vantagem, atribuindo-lhe os efeitos daí decorrentes. Desvinculá-la do vencimento básico, da forma como se encontra redigida a Lei emendada, não significa mais do que mascarar a realidade remuneratória dos servidores contemplados com a parcela. A alteração aqui sugerida opera, sem nenhuma dúvida, em favor da simplificação do sistema remuneratório e da conseqüente ampliação do controle social sobre seu conteúdo.

Pede-se, assim, o apoio dos nobres Pares à emenda aqui sugerida.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

  
JOVAIR ARANTES  
Deputado Federal

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00017**

<b>data</b> 25/06/2007	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 375 , de 15 de junho de 2007
---------------------------	--

<b>autor</b> Deputado Leonardo Vilela	<b>nº do prontuário</b> 421
--	--------------------------------

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

Acrescente-se novo parágrafo ao Artigo 12 da Lei 11.457 de 16 de março de 2007, renumerando-se os demais.

Art.12.....

§ O disposto neste artigo aplica-se aos servidores aposentados, bem como aos pensionistas.

**Justificação**

Devemos entender que se é uma regra necessária ou obrigatória, que regula, ordena, autoriza ou veda, **extensiva a todos**, é certo que a ninguém é lícito ignorar a lei, muito menos ao governo. Os servidores aposentados que fizeram opção pelas Carreiras Previdenciária, instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001; da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; do Seguro Social, instituída pela Lei no 10.855, de 1º de abril de 2004 e seus pensionistas fazem jus a receber o mesmo tratamento concedido aos servidores em atividade bem como aos demais servidores, contemplados na Lei 11.457 de 2007. A Constituição Federal de 1988 é clara ao determinar que os proventos das aposentadorias serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Exigimos o mesmo tratamento dado às demais categorias funcionais contempladas com esse dispositivo na Lei 11.457 de 2007.

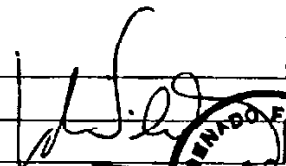
Esclarecemos que a presente emenda foi sugerida pela Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Secretaria da Receita Previdenciária - Unasraf.

Sala das sessões, em

**PARLAMENTAR**

Brasília – DF, 25 de junho de 2007

Deputado Leonardo Vilela



**MPV-375**

**EMENDA N.º , DE 2007, À MP N.º 375, DE 2007**

**00018**

*Emenda Aditiva à Medida Provisória  
nº 375, de 15 de junho de 2007.*

Adiciona-se novo artigo a presente Medida Provisória, inserindo novo parágrafo ao Artigo 12 da Lei 11.457 de 16 de março de 2007, renumerando-se os demais.

Art. A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.12.....

§ O disposto neste artigo aplica-se aos servidores aposentados, bem como aos pensionistas."

#### **Justificação**

Devemos entender que lei é uma regra necessária ou obrigatória, que regula, ordena, autoriza ou veda, **extensiva a todos**, é certo que a ninguém é lícito ignorar a lei, muito menos ao governo.

Os servidores aposentados que fizeram opção pelas Carreiras Previdenciária, instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001; da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; do Seguro Social, instituída pela Lei no 10.855, de 1º de abril de 2004 e seus pensionistas fazem jus a receber o mesmo tratamento concedido aos servidores em atividade bem como aos demais servidores, contemplados na Lei 11.457 de 2007. A Constituição Federal de 1988 é clara ao determinar que os proventos das aposentadorias serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Exigimos o mesmo tratamento dado às demais categorias funcionais contempladas com esse dispositivo na Lei 11.457 de 2007.

Esclarecemos que a presente emenda foi sugerida pela Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Secretaria da Receita Previdenciária - Unaslaf.

Sala das sessões, em 25 de junho de 2007



**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00019**

data <b>25/06/ 2007</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 375 de 2007</b>
autor <b>DEP MAURO BENEVIDES</b>	nº do prontuário <b>105</b>
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	
Inciso	
alinea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Adiciona-se novo artigo a presente Medida Provisória, inserindo novo parágrafo ao Artigo 12 da Lei 11.457 de 16 de março de 2007, renumerando-se e os demais.

Art. A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12.....

§ O disposto neste artigo aplica-se aos servidores aposentados, bem como aos pensionistas."

**Justificação**

Devemos entender que lei é uma regra necessária ou obrigatória, que regula, ordena, autoriza ou veda, **extensiva a todos**, é certo que a ninguém é lícito ignorar a lei, muito menos ao governo.

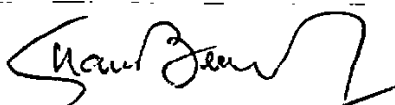
Os servidores aposentados que fizeram opção pelas Carreiras Previdenciária, instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001; da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; do Seguro Social, instituída pela Lei no 10.855, de 1º de abril de 2004 e seus pensionistas fazem jus a receber o mesmo tratamento concedido aos servidores em atividade bem como aos demais servidores, contemplados na Lei 11.457 de 2007.

A Constituição Federal de 1988 é clara ao determinar que os proventos das aposentadorias serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Exigimos o mesmo tratamento dado às demais categorias funcionais contempladas com esse dispositivo na Lei 11.457 de 2007.

Esclarecemos que a presente emenda foi sugerida pela Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Secretaria da Receita Previdenciária - Unaslaf.

**PARLAMENTAR**



**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00020**

data 25/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007
--------------------	--

autor Deputado Leonardo Vilela	nº do prontuário 421
-----------------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input type="checkbox"/> 4. Mista	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	-----------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

**EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 375, DE 2007**

Dê-se nova redação ao artigo 21 da Lei 11.457 de 16 de março de 2007:

Art. 21 Serão redistribuídos para os quadros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em cargo de natureza técnica integrante da linha tributária, na forma do § 1º do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir da data fixada no § 1º do art. 16, os servidores que até aquela data se encontravam em efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e a cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais e sejam titulares de cargos integrantes:

I – do Plano de Classificação de Cargos instituídos pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970;

II – das Carreiras:

- a) Previdenciária, instituída pela Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001;
- b) Da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002;
- c) Do Seguro Social, instituída pela Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004;

d) Da Previdência, da Saúde e do Trabalho, instituída pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

### Justificação

A legislação que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é a Lei 8112 de 1990. O § 1º do Art. 37 prevê que "a redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade", exatamente o que este dispõe o projeto ao extinguir a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social e transferir, do INSS para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, todas as atividades relacionadas a arrecadação, fiscalização e cobrança previdenciária.

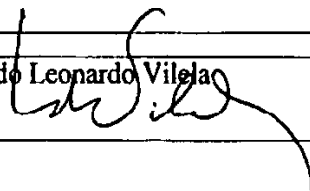
O art. 21 da Lei 11.457 contraria a Lei 8112 de 1990 ao inovar, estabelecendo a "fixação de exercício", norma não prevista em nenhuma legislação de nosso país, não podendo, portanto, ser aceita pelo Congresso Nacional, razão pela qual apresentamos essa emenda com o único objetivo de ajustar a Lei 11.457 ao que prevê a Lei 8112, que seja efetuada a imediata redistribuição dos servidores dos INSS que desempenham suas funções e atribuições na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Sala das sessões, em

PARLAMENTAR

Brasília – DF, 25 de junho de 2007

Deputado Leonardo Vilela



**MPV-375**

**EMENDA N.º , DE 2007, À MP N.º 375, DE 2007**

**00021**

*Emenda Aditiva à Medida Provisória  
nº 375, de 15 de junho de 2007.*

**Adiciona-se novo artigo a presente Medida Provisória dando nova redação ao Artigo 21 da Lei 11.457 de 16 de março de 2007, renumerando-se os demais.**

**Art. A Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:**

**"Art. 21 Serão redistribuídos para os quadros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em cargo de natureza técnica integrante da linha tributária, na forma do § 1º do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir da data fixada no § 1º do art. 16, os servidores que até aquela data se encontravam em efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais e sejam titulares de cargos integrantes:**

**I – do Plano de Classificação de Cargos instituídos pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970;**

**II – das Carreiras:**

- a) Previdenciária, instituída pela Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001;**
- b) Da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002;**
- c) Do Seguro Social, instituída pela Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004;**
- d) Da Previdência, da Saúde e do Trabalho, instituída pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.**

#### **Justificação**

A legislação que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é a Lei 8112 de 1990. O § 1º do Art. 37 prevê que "a redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade", exatamente o que este dispõe o projeto ao extinguir a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social e transferir, do INSS para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, todas as atividades relacionadas a arrecadação, fiscalização e cobrança previdenciária.



O da Lei 11.457 contraria a Lei 8112 de 1990 ao inovar, estabelecendo a "fixação de exercício", norma não prevista em nenhuma legislação de nosso país, não podendo, portanto, ser aceita pelo Congresso Nacional, razão pela qual apresentamos essa emenda com o único objetivo de ajustar a Lei 11.457 ao que prevê a Lei 8112, que seja efetuada a imediata redistribuição dos servidores dos INSS que desempenham suas funções e atribuições na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Sala das sessões, em 25 de junho de 2007



DEPUTADO FEDERAL ANTÔNIO ROBERTO

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00022**

<b>Data</b> 21/07/2007	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 375 de 2007			
<b>Autor</b> Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ)			<b>nº do prontuário</b>	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 144 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006:

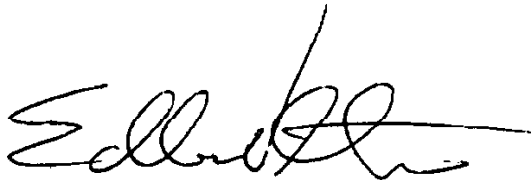
*"Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo não se considera vantagens pecuniárias ou vantagens de qualquer natureza a diferença de vencimentos percebida pelos servidores da DATASUS, por força do § 3º do artigo 4º da Lei nº 8.270/91, em face de possuir natureza salarial."*

### **Justificativa**

Essa alteração se justifica tendo em vista que a diferença de vencimentos percebida pelos servidores do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) tem natureza salarial, considerando que o vencimento que recebiam ao serem incluídos no PCSS, ter sido dividido em duas parcelas: vencimento e diferença de vencimentos.

Ademais o reajuste dos 47,11% concedido pela MP 301/2006 (Lei nº 11.355/2006), não incidiu sobre a diferença de vencimento percebida pelos servidores do DATASUS.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2007.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Edmilson Valentim', with a long horizontal stroke extending to the right.

**Deputado EDMILSON VALENTIM**  
**PCdoB/RJ**

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00023**

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375, de 2007
autor DEPUTADO FEDERAL ARNALDO FARIA DE SÁ	nº do prontuário 337
<input checked="" type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva
<input type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input type="checkbox"/> 4. XXX Aditiva
<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global	
Página 01/01	Artigo
Parágrafo	Inciso
alinea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Inclua-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe os seguinte artigo:

*"Art. As tabelas de vencimentos básicos das carreiras a que se refere a Lei nº 10.910, de 2004, modificado pelo art. 17 da Lei 11.356, de 2006, passam a vigorar com duas classes, A e B, correspondendo à primeira à classe B do anexo à referida Lei e a segunda à classe especial do mesmo anexo".*

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por escopo corrigir distorções na tabela de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593, de 06 de dezembro 2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e antigos servidores.

Com esta emenda corrige-se a injustiça para com os admitidos nos últimos anos, eliminando o verdadeiro fosso salarial existente nas carreiras de auditoria.

  
**ARNALDO FARIA DE SÁ**  
**DEPUTADO FEDERAL - SÃO PAULO**

**COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

**MPV-375**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

**00024**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

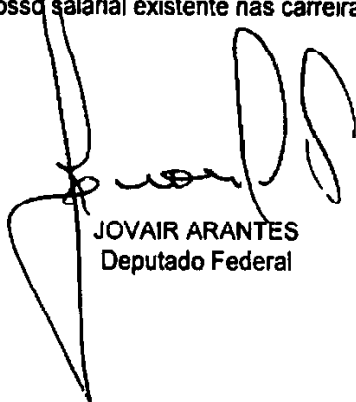
*"Art. As tabelas de vencimentos básicos das carreiras a que se refere a Lei nº 10.910, de 2004, modificado pelo art. 17 da Lei 11.356, de 2006, passam a vigorar com duas classes, A e B, correspondendo à primeira à classe B do anexo à referida Lei e a segunda à classe especial do mesmo anexo".*

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por escopo corrigir distorções na tabela de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593, de 06 de dezembro 2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e antigos servidores.

Com esta emenda corrige-se a injustiça para com os admitidos nos últimos anos, eliminando o verdadeiro fosso salarial existente nas carreiras de auditoria.

Sala das Comissões,



**JOVAIR ARANTES**  
Deputado Federal

MPV-375

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00025

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375, de 2007			
autor DEPUTADO FEDERAL ARNALDO FARIA DE SÁ	nº do prontuário 337			
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. XXX Aditiva	5. Substitutivo global
Página 01 /01	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Dê-se ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, modificado pelo art. 17 da Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, a seguinte redação:

"Art. 10.

§ 1º As aposentadorias e pensões concedidas antes do término do período mencionado na parte final do caput deste artigo aplica-se a GIFA no percentual máximo a que fizeram jus os servidores em atividade.

....."(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em decisão unânime, adotada no exame do Recurso Extraordinário 397.872-DF, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que gratificações decorrentes do desempenho individual ou institucional são vantagens de caráter geral, donde se infere sua obrigatória extensão às pensões e aos proventos da inatividade. Em outra oportunidade (ADInMC 1835), o Pretório Excelso deixou assentado que não incide restrição constitucional a emendas parlamentares que tenham como propósito a preservação de tratamento paritário entre ativos, inativos e pensionistas, tendo em vista que a aplicação de um comando constitucional (a vedação às emendas parlamentares de que resultem aumentos de despesa) não afasta a subordinação do ordenamento jurídico a outro preceito igualmente inserido na Lei Maior (a paridade entre ativos, inativos e pensionistas).

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa.

ARNALDO FARIA DE SÁ  
DEPUTADO FEDERAL – SÃO PAULO

COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

MPV-375

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

00026

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

*"Art. Dê-se ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, modificado pelo art. 17 da Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, a seguinte redação:*

*"Art. 10. ....*

*§ 1º Às aposentadorias e pensões concedidas antes do término do período mencionado na parte final do caput deste artigo aplica-se a GIFA no percentual máximo a que fizeram jus os servidores em atividade.*

*....."(NR)*

JUSTIFICAÇÃO

Em decisão unânime, adotada no exame do Recurso Extraordinário 397.872-DF, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que gratificações decorrentes do desempenho Individual ou Institucional são vantagens de caráter geral, donde se infere sua obrigatória extensão às pensões e aos proventos da inatividade. Em outra oportunidade (ADInMC 1835), o Pretório Excelso deixou assentado que não incide restrição constitucional a emendas parlamentares que tenham como propósito a preservação de tratamento paritário entre ativos, inativos e pensionistas, tendo em vista que a aplicação de um comando constitucional (a vedação às emendas parlamentares de que resultem aumentos de despesa) não afasta a subordinação do ordenamento jurídico a outro preceito igualmente inserido na Lei Maior (a paridade entre ativos, inativos e pensionistas).

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa.

Sala da Comissão, em de de 2007.

  
JOVAIR ARANTES  
Deputado Federal

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00027**

2 DATA 25/06/2007		proposição MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 15 DE JUNHO DE 2007	
4 AUTOR DEPUTADO VALDIR COLATTO		Nº PRONTUÁRIO 483	
6 TIP 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01/06	ARTIGO	PARÁGRAF	INCISO
ALÍNEA			

**EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 15 DE JUNHO DE 2007**

Art..... Os arts. 1º, 4º, 6º, 9º, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002 passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º. Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, composta dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 1º de abril de 2002, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições e requisitos de formação profissional conforme o constante do Anexo I.

§ 1º. Revogado.

§ 2º. Revogado.

§ 3º Revogado.

§ 4º Revogado.

Parágrafo Único. O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos da Carreira a que se refere este artigo, bem como dos inativos, dar-se-á conforme a correlação estabelecida no Anexo II desta Lei.

Art. 4º O vencimento básico do cargo da Carreira de Perito Federal Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é o constante do Anexo III desta Lei.

§ 1º Sobre os valores da tabela constantes do Anexo III desta Medida Provisória incidirá o índice que vier a ser concedido a título de revisão geral de remuneração dos servidores públicos federais.

**§ 2º A jornada de trabalho dos integrantes da Carreira de Perito Federal Agrário é de quarenta horas semanais.**

**Art. 6º A Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, instituída por meio do art. 5º desta Lei terá sua forma de pagamento disciplinada em regulamento e será paga com observância dos seguintes percentuais e limites:**

**I - até 30% (trinta por cento), incidente sobre o vencimento básico do servidor, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual, não podendo ser inferior a 10% (dez por cento); e**

**II - até 25% (vinte e cinco por cento), incidente sobre o maior vencimento básico do cargo da carreira de Perito Federal Agrário, em decorrência dos resultados da avaliação institucional.**

**§ 1º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas de cada órgão ou entidade.**

**§ 2º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.**

**§ 3º Revogado.**

**§ 4º Revogado.**

**Art. 9º A GDAPA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:**

**I - a média dos percentuais recebidos nos últimos trinta e seis meses; ou**

**II - o valor correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) incidente sobre o vencimento básico, quando percebida por período inferior a trinta e seis meses.**

**Parágrafo Único. A gratificação a que se refere o art. 5º desta Lei aplica-se às aposentadorias e pensões já existentes, no valor correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) incidente sobre a classe e padrão do servidor em que se deu a aposentadoria.**

**Art. 10. Revogado.**

**Art. 12. Enquanto não for regulamentada a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA de acordo com o disposto no art. 6º, esta será paga no percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o vencimento básico do servidor.**



**Art. 13.** Ao servidor ativo beneficiário da GDAPA que obtiver na sua avaliação individual percentual inferior a 15% (quinze por cento), em duas avaliações individuais consecutivas, será assegurado processo de capacitação, de responsabilidade do órgão ou entidade de lotação.

**Art. 14.** A GDAPA será paga de forma não-cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada n.º 13, de 27 de agosto de 1992, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

**Art. 15.** A GDAPA não será devida a aqueles que não se encontram no desempenho de atribuições decorrentes da condição de servidor público federal.

**Art. 16.** Revogado.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2008.

## ANEXO I

### Estrutura de cargos da carreira de perito federal agrário

CARGO	CLASSE	PADRÃO
		IV
	ESPECIAL	III
		II
		I
		III
Perito Federal	C	II
Agrário		I
		III
	B	II
		I
		III
	A	II
		I

## ANEXO II

**Tabela de correlação**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
		III	IV		
	A	II	III	ESPECIAL	
		I	II		
		VI	I		
		V	III		
		IV			
	B	III			Engenheiro
		II	II	C	Agrônomo
Engenheiro		I			da Carreira
Agrônomo		VI			de Perito
		V	I		Federal
		IV			Agrônomo
	C	III			
		II	III		
		I		B	
		V	II		
		IV	I		
	D	III	III		
		II	II	A	
		I	I		

**ANEXO III**  
**Tabela de vencimento básico**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALORES
		IV	4.825,67
	ESPECIAL	III	4.685,11
		II	4.548,65
		I	4.416,18
		III	4.051,54
Perito Federal	C	II	3.933,52
Agrário		I	3.818,95
		III	3.707,72
	B	II	3.601,58
		I	3.502,50
		III	3.406,33
	A	II	3.312,92
		I	3.222,26

10

ASSINATURA



**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00028**

data	proposição
20/06/2007	Medida Provisória nº 375, de 2007

autor	nº do prontuário
DEPUTADO FEDERAL ARNALDO FARIA DE SÁ	337

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. xxx Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	----------------	------------------------

Página	01 / 01	Artigo	Parágrafo	Inclso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO					

Inclua-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo:

*"Art. A partir de 1º de janeiro de 2007 todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, que estiverem posicionados na Classe "A", serão transpostos para a Classe "B", Padrão "I".*

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de medida que visa aproximar os servidores das classes inicial e final, já que após a estruturação via Plano de Carreira ocorrida em 2002, servidores com pouco mais de quatro anos de exercício foram reposicionados bem próximos do final das carreiras, sendo que para os que ingressaram nas carreiras a partir de 2003, levarão quase quinze anos para o nivelamento com os que ingressaram a partir de 1998.

A emenda, portanto, destina-se a promover a transposição de padrões para reduzir a relação remuneratória entre os novos e antigos auditores, além de aumentar o grau de atratividade das carreiras alcançadas por essa iniciativa.

Ao aprovar esta emenda, os senhores parlamentares estarão fazendo justiça aos auditores do Trabalho e da Receita Federal do Brasil.

  
**ARNALDO FARIA DE SÁ**  
**DEPUTADO FEDERAL - SÃO PAULO**

**COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

**MPV-375**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

**00029**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

*"Art. A partir de 1º de janeiro de 2007 todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, que estiverem posicionados na Classe "A", serão transpostos para a Classe "B", Padrão "I".*

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de medida que visa aproximar os servidores das classes inicial e final, já que após a estruturação via Plano de Carreira ocorrida em 2002, servidores com pouco mais de quatro anos de exercício foram reposicionados bem próximos do final das carreiras, sendo que para os que ingressaram nas carreiras a partir de 2003, levarão quase quinze anos para o nivelamento com os que ingressaram a partir de 1998.

A emenda, portanto, destina-se a promover a transposição de padrões para reduzir a relação remuneratória entre os novos e antigos auditores, além de aumentar o grau de atratividade das carreiras alcançadas por essa iniciativa.

Ao aprovar esta emenda, os senhores parlamentares estarão fazendo justiça aos auditores do Trabalho e da Receita Federal do Brasil.

Sala da Comissão,



JOVAIR ARANTES  
Deputado Federal

MPV-375

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00030

data 20/06/2007	proposição Medida Provisória nº 375/07
--------------------	---

Autor Antônio Carlos Macalhões Neto	Nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
---------------------------------------	--	-----------------	--	---

Página 3	Artigo 7º	Parágrafo Único	Inclso	Alínea
----------	-----------	-----------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 375, de 2007, onde couber, o seguinte artigo:

Art. .... O Art. 31 da Lei nº 9.096, de 1995, passa a ser acrescido do seguinte inciso V:

V – contribuição, de qualquer natureza, de servidor público ocupante de cargo em comissão.

**JUSTIFICATIVA**

Os servidores públicos que ocupam cargos na administração pública são obrigados a contribuir com uma cota parte de sua remuneração ao partido ao qual é filiado, a exemplo do Partido dos Trabalhadores que inclusive consta do seu estatuto, o chamado dízimo (até 10% da remuneração).

O Ministro do STF e Presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, foi duro ao abordar a questão. Para ele, "a cobrança de contribuição partidária dos ocupantes de cargos comissionados fere o artigo 37 da Constituição, que trata dos princípios da Impessoalidade e da moralidade no poder público. Marco Aurélio diz que esse modelo favorece filiados do partido do governo na disputa por cargos públicos no âmbito federal, estadual e municipal."

O ministro também ponderou "que, para conseguir esses postos, os servidores poderão se filiar sem levar em consideração suas convicções ideológicas em nome de uma remuneração melhor, acrescentando que esse tipo de contribuição é a uma forma de desviar dinheiro público em benefício de uma determinada legenda." (grifos nossos):

Destarte, a emenda ora proposta tem por fim acabar com essa cobrança ilegal.



PARLAMENTAR

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00031**

data <b>20/06/2007</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 375/07</b>			
Autor <b>Antônio Carlos Magalhães Neto</b>	Nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> ativa    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página 3</b>	<b>Artigo 7º</b>	<b>Parágrafo Único</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Os valores constantes da alínea "a" do Anexo III da Medida Provisória nº 375, 2007, passam a ser os seguintes:

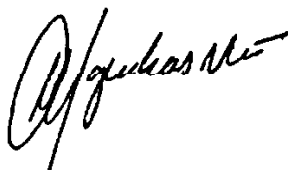
NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
FG-1	295,84	491,10	786,94
FG-2	227,58	377,78	605,36
FG-3	175,04	290,58	465,62

**JUSTIFICATIVA**

Faz mais de 6 (seis) anos que o governo federal não concede reajuste de forma geral aos seus servidores, apesar do sacrifício a que a categoria vem sendo submetida. Mais ainda vale lembrar que o governo Lula ao longo desse período criou mais de 4.600 (quatro mil e seiscentos) cargos comissionados para empregar seus cabos eleitorais, sem contar os integrantes das empresas estatais sobre os quais não se tem controle, em face da sua autonomia. No último dia 19 do mês de junho foram criados 626 cargos comissionados (MP 377/07).

Não bastasse esse abuso, o Presidente da República por meio desta Medida Provisória reajusta os valores relativos à remuneração das Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino de maneira irrisória.

Considerando que esses servidores prestam serviços de grande relevância para o país, pois que suas atividades estão voltadas para o a educação, apresentamos esta emenda com objetivo de reajustar melhor os vencimentos dos servidores públicos das instituições federais de ensino.





**MPV-375****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00032**

<b>Data</b> 21/07/2007	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 375 de 2007			
<b>Autor</b> Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ)			<b>nº do prontuário</b>	
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

O § 3º do artigo 4º da Lei nº 8.270/91 passa a ter a seguinte redação:

*"Art.4º.....  
§ 3º. Havendo diferença de vencimento, em decorrência da aplicação deste artigo, este valor será pago a título de diferença de vencimentos, nominalmente identificada, sendo considerada também para o cálculo das vantagens pessoais, gratificações e adicionais e se sujeitando aos mesmos percentuais de revisão e antecipação dos vencimentos."*

**Justificativa**


Essa alteração se justifica para assegurar que os servidores do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) não tenham a sua remuneração reduzida em razão de o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estar em vias de promover extensão de interpretação administrativa da decisão do Tribunal de Contas da União, que, no Acórdão nº 1.164, de 2005, do seu Plenário, entendeu que a diferença de vencimentos decorrente da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, não pode servir de base para cálculo da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) e do Adicional por Tempo de Serviço(ATS).

A decisão da Corte Maior de Contas é específica para o vencimento dos servidores das instituições públicas relacionadas na Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991 e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com base em um parecer técnico,

sem qualquer previsão legal, quer estender por analogia essa redução de vencimentos ao servidores da DATASUS, cuja diferença de vencimentos está prevista no § 3º do artigo 4º da Lei nº 8.270/91.

Vale observar que não há, nessa emenda, aumento de despesa, uma vez que os servidores já estão percebendo a sua remuneração da forma nela prevista. O que se pretende é, tão-somente, evitar que os valores sejam reduzidos, com grave prejuízo para aqueles em exercício no DATASUS.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2007.

  
Deputado EDMILSON VALENTIM  
PCdoB/RJ

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00033**

<b>Data</b> 21/07/2007	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 375 de 2007			
<b>Autor</b> Deputado Edmilson Valentim (PCdoB/RJ)			<b>nº do prontuário</b>	
1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Os artigos 7º e 8º da Lei nº 11.490, de 20 junho de 2007, passa a vigorar a seguinte redação:

*"Art. 7º Fica reaberto até 31 de dezembro de 2007 o prazo de opção para integrar Carreira e os Planos de Carreiras e Cargos de que tratam os arts. 1º, 11, 49 e 89 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, aos servidores ativos, inativos e pensionistas.*

*Parágrafo único. Os efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de que trata o caput deste artigo retroagirão à data de implementação dos respectivos Planos de Carreiras e Cargos e Carreira.*

*Art. 8º Fica reaberto até 31 de dezembro de 2007 o prazo de opção para os servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, requererem o reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação."*


#### **Justificativa**

Essa alteração se justifica, eis que os servidores do DATASUS estão impedidos de fazer a respectiva opção enquanto não ficar garantido que a Gratificação de Atividade Executiva – GAE, o adicional de tempo de serviço e a diferença de vencimentos não serão considerados vantagem pecuniária ou vantagem de qualquer natureza, nos termos do artigo 144 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Ademais, conforme consta do Aviso Ministerial nº 1256/GM, de 24 de julho de 2006, do Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde interino, que a opção na força em que foi proposta pelos artigos 144 e 147 da Lei nº 11.355/2006, na prática importará em anulação do reajuste dos servidores da Carreira de Previdência, Saúde e Trabalho, que atualmente percebiam alguma parcela em virtude de outros planos de carreiras, de classificação de cargos ou de normas específicas, bem como o valor não absorvido e transformado em VPNI continuará sendo reduzido até desaparecer.

Isso, em relação aos servidores do DATASUS, consiste em redutibilidade de vencimentos e ferimento ao princípio da isonomia.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2007.

  
**Deputado EDMILSON VALENTIM**  
**PCdoB/RJ**

**MPV-375**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00034**

2 DATA 19/06/2007	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 375, de 15 de junho de 2007			
4 AUTORES Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N.º PRONTUÁRIO 454			
6 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA    2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA

**TEXTO**

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 375/07:

Art... Ficam assegurados aos servidores públicos federais, ativos e inativos, dos cargos e carreiras do extinto Instituto Brasileiro do Café, vinculados ao Ministério da Fazenda, o reajuste de 200% incidente sobre a remuneração total.

Parágrafo único. Do percentual estabelecido no *caput* serão descontados todos os reajustes percebidos a partir de 1º de janeiro de 2003, inclusive os referentes à reestruturação de carreiras, vedada a irredutibilidade salarial, caso o percentual concedido tenha sido superior ao referido índice.

**JUSTIFICATIVA**

O Governo Federal, em diversas ocasiões, manifestou a intenção de corrigir a remuneração dos servidores públicos federais no mesmo índice da inflação acumulada desde janeiro de 2003.

Entretanto a carreira do extinto Instituto Brasileiro do Café está sem reajuste há 14 anos. Esta forma, a presente emenda visa a corrigir a distorção que atinge a remuneração das carreiras não organizadas e dos inativos, que tiveram seus vencimentos defasados nos últimos cinco anos.

ASSINAM  
  
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 15 DE JUNHO DE 2007.**

**MPV-375**

**00035**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo.

*"Art. . Os estudantes que participem de programa de estágio em órgão ou entidade da Administração Pública Federal, desde que cumpram jornada semanal de ao menos 20 (vinte) horas, perceberão bolsa de estágio cujo valor mensal será de: R\$ 700,00 (setecentos reais), para os estudantes de nível superior ou de educação profissional de nível médio, e de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), para os demais estudantes de nível médio."*

**JUSTIFICAÇÃO**

A realização de estágio constitui importante etapa preparatória para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Através do estágio, os estudantes são submetidos a um treinamento prático que lhes favorece o amadurecimento profissional, mediante contato com a realidade do ambiente laboral.

Com esse propósito, diversos órgãos e entidades da administração pública propiciam estágios tanto aos estudantes de nível superior como aos estudantes de nível médio. Entretanto, como as condições de realização desses estágios são definidas em atos administrativos, não existe uma uniformidade de tratamento, em especial quanto ao valor pago aos estagiários a título de bolsa.

Por entender que a União não pode praticar discriminação de qualquer espécie, em especial em relação aos jovens que pela primeira vez vivenciam a atividade desenvolvida no âmbito da administração pública, advogo a uniformização das bolsas de estágio, nos valores acima propostos.

  
**GERALDO MAGELA**  
Deputado Federal - PT/DF

CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA  
Nota Técnica nº 21/2007 – Medida Provisória nº 375/2007

**NOTA TÉCNICA Nº 21/2007**

**SUBSÍDIOS À APRECIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 15 DE JUNHO DE 2007, QUANTO À ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

“Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”.

**I – INTRODUÇÃO**

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, que “fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”.

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória”.

**II – SÍNTESE DA MEDIDA PROVISÓRIA**

A Medida Provisória nº 375/2007 dispõe sobre a alteração dos valores de remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionados no âmbito do Poder Executivo federal, e altera o percentual de opção para os cargos comissionados.

Segundo a Exposição de Motivos, a proposta tem por objetivo favorecer a retenção de competências na máquina pública, valorizando os servidores detentores de funções de direção e assessoramento, e constituir-se em fator de fortalecimento da burocracia federal e de continuidade na condução das políticas públicas. Além disso, a medida busca compatibilizar a remuneração dos cargos e funções comissionados ao recente reajuste sobre a alta administração do Poder Executivo Federal.

A Medida provisória concede reajuste a todos os cargos e funções comissionados a partir de 1º de junho. O reajuste proposto recompõe as perdas acumuladas em função da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro de

2007, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e corrige distorções de amplitude de remuneração, concedendo reajustes maiores para os DAS 1, 2 e 3. Outra modificação proposta é em relação aos percentuais de opção dos cargos em comissão DAS, de Natureza Especial e Cargos de Direção das Instituições de ensino e das Agências Reguladoras que passam a ser de 60% para todos os cargos.

Conforme justifica a EM, a proposta vai ao encontro da política de valorização do servidor público que vem sendo adotada pelo Governo, consolidando também a postura de investimento na profissionalização da gestão pública.

### **III - SUBSÍDIOS**

Cabe à Comissão Mista encarregada de dar parecer à referida medida provisória, no prazo improrrogável de quatorze (14) dias contados da publicação da MP, emitir parecer único, onde se manifestará, dentre outros aspectos, sobre sua adequação financeira e orçamentária (*caput* do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Estabelece também o § 1º do art. 5º da mencionada Resolução que:

*“§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.”*

#### **Plano Plurianual**

A lei que estabelece o Plano Plurianual para o período 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11/08/2004) contém programa e ação específicos por intermédio dos quais correrão as despesas decorrentes das normas baixadas na MP ora examinada.

#### **Lei de Diretrizes Orçamentárias**

No que concerne à adequação da MP à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, é importante ressaltar que, no exame de matéria relativa à concessão de qualquer vantagem e de criação de cargos, empregos e funções, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro desse dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, nos seguintes termos:

" Art. 169...

**§ 1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções (grifos nossos) ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:**

**I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes (grifo nosso);**

**II - se houver autorização específica (grifo nosso) na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2007 (art. 92 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) estabelece que a concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções e alterações de estrutura de carreiras devem constar de anexo específico da lei orçamentária.

### **Lei Orçamentária Anual**

A lei orçamentária para o exercício de 2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), no seu "ANEXO V – AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS", traz as seguintes autorizações:

#### **II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:**

.....

##### **4. Poder Executivo**

....

##### **4.2. Reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo. Limite Financeiro de R\$ 1.158.224.700,00"**

Consta ainda da Lei Orçamentária para 2007 dotação no Âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, UO: 47101, R\$ 1,07 bilhão no crédito "04.816.1054.0707.0001 – Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional".

### **Lei de Responsabilidade Fiscal**

Há que se analisar ainda a proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Os gastos resultantes da edição da Medida Provisória enquadram-se na condição de despesa obrigatória de caráter continuado (considera-se obrigatória de caráter



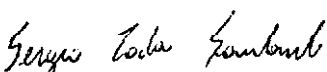
continuado a despesa corrente derivada de lei ou medida provisória que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios).

Nesse sentido, a norma fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF. Pelo que dispõe o § 1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. O § 2º, por sua vez, determina que tal ato deverá ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Desses dispositivos, a Exposição de Motivos apenas declara que a estimativa do impacto orçamentário para o exercício de 2007, considerando-se os valores de opção por servidores de carreira, em função do percentual estabelecido pelo Decreto nº 5.497, de 2005, é de R\$ 282.587.990,56 (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos) e de R\$ 484.436.555,24 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) para os exercícios subsequentes, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos. E que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 - Lei Orçamentária Anual para 2007.

Esses são os subsídios.

Brasília, 22 de março de 2007.

  
Sérgio Tadao Sambosuke

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375,  
DE 2007, E EMENDAS.**

**O SR. ELIENE LIMA** (PP-MT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, passo a proferir o parecer.

A Medida Provisória nº 375, de 2007, dispõe sobre a remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo Federal, altera o percentual de opção dos cargos comissionados e dá outras providências.

Trata-se, primordialmente, de uma busca de compatibilização da remuneração dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas da União ao recente reajuste remuneratório concedido à alta administração do Poder Executivo Federal.

Resumidamente, as principais medidas introduzidas para o fim proposto são as seguintes:

I – concessão de um reajuste na remuneração de todos os cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como de algumas funções gratificadas e gratificações de representação e de serviço extraordinário, de forma a recompor as perdas acumuladas em virtude da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II – correção, por meio de reajustes diferenciados, de algumas distorções de amplitude de remuneração detectadas entre os cargos e funções comissionadas da administração federal, principalmente no que tange aos cargos em comissão de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3, vez que os mesmos não observam níveis de remuneração compatíveis com os graus de responsabilidade havidos em função da posição hierárquica ou da complexidade das tarefas que lhes são atribuídas pela administração;

III – modificação do percentual de opção a ser percebido pelos detentores de cargo efetivo quando em exercício dos cargos em comissão DAS, de natureza especial e cargos de direção das instituições de ensino e das agências reguladoras, que passa a ser de 60% para todos os cargos;

IV – revogação de artigos de leis anteriores que disciplinavam de forma diferente a matéria tratada nesta medida provisória;

V - definição da data de 1º de junho de 2007 para o início dos efeitos financeiros desta medida provisória.

Encaminhada a medida provisória ao Congresso Nacional, foi aberto o prazo para oferecimento de emendas, ora encerrado, verificando-se a apresentação de 35 emendas, sintetizadas no quadro a seguir.

No que concerne à caracterização dos pressupostos de urgência e relevância, disciplinados no art. 62 da Constituição Federal como requisitos indispensáveis para a edição de medidas provisórias, entendemos acolher os termos da exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória nº 375, de 2007, segundo a qual o encaminhamento desta matéria é urgente e relevante por integrar um conjunto de medidas destinadas a

promover o reajuste tempestivo das tabelas remuneratórias dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo Federal, atendendo a uma política de revitalização de suas remunerações.

Consideramos, também, terem sido devidamente observados os requisitos formais para seu envio ao Congresso Nacional, nos termos previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.U

Quanto à constitucionalidade, a Medida Provisória nº 375, de 2007, trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 37, inciso X, combinado com o art. 48 da Carta Magna, e não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição. Inexistem, também, objeções a levantar quanto aos requisitos de juridicidade e de técnica legislativa.

Com relação à adequação orçamentária e financeira, cumpre registrar que a exposição de motivos do Poder Executivo informa estar plenamente atendido o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, vez que as despesas adicionais, no ano de 2007, relativas ao aumento das remunerações dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal, da ordem de R\$282.587.990,56, foram incluídas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 — Lei Orçamentária Anual de 2007 —, em funcional específica com recursos previstos para essa finalidade. Informa, ainda, que, no exercício de 2008 e subseqüentes, as respectivas despesas adicionais anuais serão da ordem de R\$484.436.555,24.

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange

a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

De fato, a Lei Orçamentária Anual de 2007 consigna, no Anexo V, dotação específica para a reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, com valor autorizado da ordem de R\$1.158.224.700,00, que se mostra suficiente para atender à projeção das despesas criadas pela medida provisória em exame, pelo que acolhemos a exposição de motivos do Poder Executivo, entendendo que as despesas anualizadas ora introduzidas podem ser absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado dos exercícios subseqüentes, de forma compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento econômico do País, projetado para o curto e médio prazos.

Quanto ao exame de mérito da Medida Provisória nº 375, de 2007, julgamos serem extremamente oportunas as providências destinadas a melhorar o padrão remuneratório dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal, sem qualquer reajuste desde julho de 2003, pois entendemos que elas valorizam os respectivos servidores detentores de funções de coordenação, direção e assessoramento, favorecendo a retenção de competências na administração pública e, conseqüentemente, propiciando a continuidade na condução das políticas governamentais, de extrema importância para o bom funcionamento e maior efetividade de toda ação estatal federal.

No que concerne à constitucionalidade das emendas apresentadas, entendemos que 29 delas apresentam alguma objeção técnica intransponível, seja por invadirem iniciativa legiferante ou competência privativa do Poder Executivo, disciplinada nos arts. 61, § 1º, II, "a" (emendas de nºs 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32 e 34, relativas a alterações de remuneração de cargos, funções comissionadas, gratificações,

vantagens e adicionais, no âmbito do Poder Executivo federal), art. 61, § 1º, II, "c" (emendas de nºs 7, 8, 9 e 33, relativas a alterações de percentuais mínimos de ocupação de cargos em comissão por servidores concursados e de prazos para servidores optarem por reequadramento em Planos de Cargos e Carreiras) e 84, VI, "a", da Constituição Federal (emendas de nºs 14, 17, 18, 19, 20, 21 e 27, relativas à estruturação, organização e funcionamento das carreiras integrantes deste Poder), respectivamente; seja por não observarem o art. 63, I, da Constituição Federal, que veda elevação de despesas em projetos de iniciativa privativa do Presidente da República (emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33 e 34).

Quanto à juridicidade das emendas, registramos que 31 delas apresentam matéria estranha ao objeto específico da medida provisória em exame, contrariando o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (emendas de nºs 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35).

Com relação à adequação orçamentária e financeira das emendas, registramos óbices em 20 delas (emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35), por não indicarem o montante das despesas incorridas nem a fonte do seu custeio, conforme exigência disposta no art. 17, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No que tange ao mérito das emendas apresentadas, nos posicionamos contrariamente a todas, vez que elas não trazem qualquer aperfeiçoamento significativo ao texto da proposição original, com relação ao objeto específico ali enunciado.

Assim é, que, ao nosso ver, as emendas de nºs 1, 2 e 31 distorcem a graduação e o equilíbrio da reestruturação remuneratória referente aos cargos em comissão do grupo DAS (caso das emendas de nºs 1 e 2) e às funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 1991 (caso da emenda de nº 31), enquanto a emenda de nº 5, também pertinente ao objeto desta medida provisória, suprime revogações de artigos de leis ora alterados, tornando confusa e contraditória a legislação temática remanescente.

Quanto às demais 31 emendas, todas introduzem matérias estranhas ao objeto específico da medida provisória em exame, seja com a finalidade de promover alterações em dispositivos legais que disciplinam a organização, estruturação, e/ou remuneração de cargos e carreiras integrantes do Poder Executivo Federal e em dispositivos do Estatuto do Desarmamento, seja com a finalidade de editar dispositivo legal impedindo a contribuição voluntária de servidores ocupantes de cargos em comissão a partidos políticos ou de uniformizar e majorar os valores relativos às bolsas de estágio oferecidas no âmbito da administração pública federal, cujas repercussões financeiras e administrativas não estão postas e ultrapassam, em muito, o eixo do objetivo central visado com a edição desta MP: de reestruturar e adequar a remuneração dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal em níveis compatíveis com as responsabilidades exercidas e com as disponibilidades do Erário.

Feitas essas considerações, o voto é pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 375, de 2007, bem como, no mérito, por sua aprovação, na forma inicialmente proposta.

Com relação às emendas, o voto é pela inconstitucionalidade das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, e 34; pela injuridicidade das emendas de nºs 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35; pela inadequação orçamentária e financeira das emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35; e pela admissibilidade da emenda de nº 5. No mérito, voto pela rejeição de todas as emendas apresentadas.

Sr. Presidente, é o parecer.

## **PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007**

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

**Autor:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Eliene Lima

## **I - RELATÓRIO**

A Medida Provisória nº 375, de 2007, dispõe sobre a remuneração de cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo federal, altera o percentual de opção dos cargos comissionados e dá outras providências.

Trata-se, primordialmente, de uma busca de compatibilização da remuneração dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas da União ao recente reajuste remuneratório concedido à alta administração do Poder Executivo federal.

Resumidamente, as principais medidas introduzidas para o fim proposto são as seguintes:

I – concessão de um reajuste na remuneração de todos os cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas, no



âmbito do Poder Executivo federal, bem como de algumas funções gratificadas e gratificações de representação e de serviço extraordinário, de forma a recompor as perdas acumuladas em virtude da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II – correção, por meio de reajustes diferenciados, de algumas distorções de amplitude de remuneração detectadas entre os cargos e funções comissionadas da administração federal, principalmente no que tange aos cargos em comissão de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3, vez que os mesmos não observam níveis de remuneração compatíveis com os graus de responsabilidade havidos em função da posição hierárquica ou da complexidade das tarefas que lhes são atribuídas pela administração;

III – modificação do percentual de opção dos cargos em comissão DAS, de Natureza Especial e cargos de direção das Instituições de ensino e das Agências Reguladoras, que passa a ser de 60% para todos os cargos;

IV – revogação de artigos de leis anteriores que disciplinavam de forma diferente a matéria tratada nesta Medida Provisória;

V - definição da data de 1º de junho de 2007 para o início dos efeitos financeiros desta Medida Provisória.

Encaminhada a Medida Provisória ao Congresso Nacional foi aberto o prazo para oferecimento de emendas, ora já encerrado, verificando-se a apresentação de trinta e cinco emendas, sintetizadas no quadro a seguir:

#### **Emendas à MP nº 375, de 2007**

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Dispositivo modificado</b>	<b>Objetivo</b>
01	Dep. Moreira Mendes	caput e incisos do art.	Suprimir, fundamentalmente, a redução do percentual de opção de remuneração para os servidores ocupantes de
<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Dispositivo modificado</b>	<b>Objetivo</b>
		2º	cargo efetivo ou emprego público em qualquer dos entes federativos investidos nos cargos em comissão da administração pública federal.

02	Dep. Andreia Zito	caput e inciso III do art. 2º	Suprimir, fundamentalmente, a redução do percentual de opção de remuneração para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público em qualquer dos entes federativos investidos nos cargos em comissão da administração pública federal.
03	Dep. Arnaldo Jardim	acresce § 4º ao art. 2º	Aumentar remuneração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa, que compõem a remuneração dos servidores das Agências Reguladoras, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2008.
04	Dep. Andreia Zito	acresce art. 4-A	Conceder ou atualizar as parcelas incorporadas pelo exercício de funções comissionadas (quintos), tendo como referência a data da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001.
05	Dep. Edmilson Valentim	arts. 5º e 6º	Suprimir, fundamentalmente, as revogações dos dispositivos legais explicitados no art. 5º e a data de referência para a produção de efeitos financeiros fixada no art. 6º.
06	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Impedir a transformação em VPNI das parcelas remuneratórias de Adicional por Tempo de Serviço, de Gratificação de Atividade Executiva e da diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS, de forma a preservar as suas respectivas naturezas salariais.
07	Dep. Cezar Silvestri	acresce art. 5º e renumera os demais	Reduzir gradualmente, entre 2007 e 2013, em termos percentuais, os valores globais destinados ao pagamento dos cargos em comissão da União ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados.
08	Dep. Cezar Silvestri	acresce art. 5º e renumera os demais	Reduzir gradualmente, entre 2008 e 2014, em termos percentuais, o quantitativo de cargos em comissão da União ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados.
09	Dep. Cezar Silvestri	acresce art. 5º e renumera os demais	Fixar percentuais mínimos de ocupação de cargos em comissão por servidores públicos concursados, tendo como referência o ano de 2007 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2008.
10	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	acresce art. 6º e renumera os demais	Impedir que o aumento de remuneração dos cargos em comissão integrem cálculo de contribuição dos servidores ocupantes destes cargos em qualquer unidade federativa em favor de partidos políticos.
Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
11	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	acresce art. 6º e renumera os demais	Conceder reajuste de 40% sobre as tabelas de vencimentos dos servidores ocupantes de cargos efetivos ou empregos de todos os entes federados.

12	Dep. Luís Carlos Heinze	acresce art. 6º e renumera os demais	Facultar que nos municípios onde não houver Delegacia da Polícia Federal, a Polícia Civil da respectiva unidade da federação possa ter a prerrogativa de emitir o Certificado de Registro de Arma de Fogo.
13	Dep. Arnaldo Jardim	acresce artigo	Determinar prazo de 180 dias para que o Poder Executivo equipare a remuneração das carreiras das Agências Reguladoras com as do Ciclo de Gestão.
14	Dep. Arnaldo Jardim	acresce artigo	Modificar a nomenclatura dos cargos de "Analista Legislativo" e de "Técnico Administrativo" das carreiras das Agências Reguladoras para os de "Analista em Gestão de Regulação" e de "Técnico em Gestão de Regulação", respectivamente, bem como incluir entre as atribuições desses servidores as de "planejamento" e de "relacionamento institucional".
15	Dep. Luís Carlos Heinze	acresce artigo	Determinar que os registros de propriedade, expedidos pelos órgãos estaduais sejam renovados mediante o pertinente registro federal no prazo máximo de 6 anos contados da data de regulamentação da Lei nº 10.826/2003.
16	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Incorporar a Gratificação de Atividade Tributária, devida aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, aos vencimentos do cargo efetivo, em valor equivalente a setenta e cinco por cento do vencimento básico do servidor.
17	Dep. Leonardo Vilela	acresce artigo	Estender aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.
18	Dep. Antônio Roberto	acresce artigo	Estender aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.
19	Dep. Mauro Benevides	acresce artigo	Estender aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.
20	Dep. Leonardo Vilela	acresce	Redistribuir, para os quadros da Procuradoria-Geral da
Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
		artigo	Fazenda Nacional, os servidores que tinham efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais.

21	Dep. Antônio Roberto	acresce artigo	Redistribuir, para os quadros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os servidores que tinham efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais.
22	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Impedir a transformação em vantagem de qualquer natureza a diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS, de forma a preservar a sua natureza salarial.
23	Dep. Arnaldo Faria de Sá	acresce artigo	Corrigir distorções nas tabelas de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593/2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e os antigos servidores.
24	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Corrigir distorções nas tabelas de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593/2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e os antigos servidores.
25	Dep. Arnaldo Faria de Sá	acresce artigo	Aplicar às aposentadorias e pensões concedidas antes do prazo mínimo de 60 meses de percepção da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, o percentual máximo a que fizerem jus os servidores em atividade.
26	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Aplicar às aposentadorias e pensões concedidas antes do prazo mínimo de 60 meses de percepção da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, o percentual máximo a que fizerem jus os servidores em atividade.
27	Dep. Valdir Colato	acresce artigo	Estruturar a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Nº	Autor	Dispositivo modificado	Objetivo
28	Dep. Arnaldo Faria de Sá	acresce artigo	Transpor todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho que estiverem posicionados na Classe A para a Classe B, Padrão I, de forma a reduzir a diferença remuneratória entre os novos e os antigos auditores.

29	Dep. Jovair Arantes	acresce artigo	Transpor todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho que estiverem posicionados na Classe A para a Classe B, Padrão I, de forma a reduzir a diferença remuneratória entre os novos e os antigos auditores.
30	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	acresce artigo	Vedar aos partidos políticos a possibilidade de recebimento, direto ou indireto, de contribuição de qualquer natureza, de servidor público ocupante de cargo em comissão.
31	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	alínea "a" do anexo III	Dobrar os valores remuneratórios ora propostos para as funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 1991.
32	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Impedir que seja alterada a natureza salarial da diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS.
33	Dep. Edmilson Valentim	acresce artigo	Prorrogar até a data de 31 de dezembro de 2007 o prazo de opção dado aos servidores ativos, inativos e pensionistas para decidirem integrar os Planos de Carreiras e Cargos de que tratam os arts. 1º, 11, 49 e 89 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, bem como aquele concedido aos servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, para requererem o reequadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação.
34	Dep. Luiz Carlos Hauly	acresce artigo	Reajustar em 200% a remuneração total de todos os servidores públicos federais, ativos e inativos dos cargos e carreiras do extinto Instituto Brasileiro do Café, vinculados ao Ministério da Fazenda.
35	Dep. Geraldo Magela	acresce artigo	Uniformizar os valores das bolsas de estágio oferecidas no âmbito da Administração Pública federal (mínimo de 20h de jornada semanal), fixando em R\$ 700,00 o valor da bolsa para estudantes de nível superior ou de educação profissional de nível médio e em R\$ 490,00 o valor da bolsa para os demais estudantes de nível médio.

Uma vez esgotado o prazo para manifestação da Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 do texto constitucional, sem que a mesma houvesse sido instalada, cabe-me, em decorrência de designação da Mesa da Câmara dos Deputados, oferecer parecer pela referida Comissão Mista à Medida Provisória nº 375, de 2007.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

No que concerne à caracterização dos pressupostos de urgência e relevância, disciplinados no art. 62 da Constituição Federal como requisitos indispensáveis para a edição de medidas provisórias, entendemos acolher os termos da Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória nº 375, de 2007, segundo a qual o encaminhamento desta matéria é urgente e relevante por integrar um conjunto de medidas destinadas a promover o reajuste tempestivo das tabelas remuneratórias dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas no âmbito do Poder Executivo federal, atendendo a uma política de revitalização de suas remunerações.

Consideramos, também, terem sido devidamente observados os requisitos formais para seu envio ao Congresso Nacional, nos termos previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Quanto à constitucionalidade, a Medida Provisória nº 375, de 2007, trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 37, inciso X, combinado com o art. 48 da Carta Magna, e não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição. Inexistem também objeções a levantar quanto aos requisitos de juridicidade e de técnica legislativa.

Com relação à adequação orçamentária e financeira, cumpre registrar que a Exposição de Motivos do Poder Executivo informa estar plenamente atendido o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), vez que as despesas adicionais, no ano de 2007, relativas ao aumento das remunerações dos cargos em comissão de natureza especial, cargos e funções comissionadas do Poder Executivo federal, da ordem de R\$ 282.587.990,56, foram incluídas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 (Lei Orçamentária Anual de 2007), em funcional específica com recursos previstos para esta finalidade. Informa, ainda, que, no exercício de 2008 e subseqüentes, as respectivas despesas adicionais anuais serão da ordem de R\$ 484.436.555,24.

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes.

De fato, a Lei Orçamentária Anual de 2007 consigna, no Anexo V, dotação específica para a reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, com valor autorizado da ordem de R\$ 1.158.224.700,00, que se mostra suficiente para atender à projeção das despesas criadas pela Medida Provisória em exame, pelo que acolhemos a Exposição de Motivos do Poder Executivo, entendendo que as despesas anualizadas ora introduzidas podem ser absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado dos exercícios subseqüentes, de forma compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento econômico do País projetado para o curto e médio prazos.

Quanto ao exame de mérito da Medida Provisória nº 375, de 2007, julgamos serem extremamente oportunas as providências destinadas a melhorar o padrão remuneratório dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo federal, sem qualquer reajuste desde julho de 2003, pois entendemos que elas valorizam os respectivos servidores detentores de funções de coordenação, direção e assessoramento, favorecendo a retenção de competências na administração pública e, conseqüentemente, propiciando a continuidade na condução das políticas governamentais, de extrema importância para o bom funcionamento e maior efetividade de toda ação estatal federal.

No que concerne à constitucionalidade das emendas apresentadas, entendemos que vinte e nove delas apresentam alguma objeção técnica intransponível: seja por invadirem iniciativa legiferante ou competência privativa do Poder Executivo, disciplinada nos arts. 61, § 1º, II, "a" (emendas de nº 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32 e 34 – relativas a alterações de remuneração de cargos, funções comissionadas, gratificações, vantagens e adicionais, no âmbito do Poder Executivo federal), 61, § 1º, II, "c" (emendas de nº 7, 8, 9 e 33 – relativas a alterações de percentuais mínimos de ocupação de cargos em comissão por servidores concursados e de prazos para servidores optarem por reenquadramento em Planos de Cargos e Carreiras) e 84, VI, "a", da Constituição Federal (emendas de nº 14, 17, 18, 19, 20, 21 e 27 – relativas à estruturação, organização e funcionamento de carreiras integrantes deste Poder), respectivamente; seja por não observarem o art. 63, I, da Constituição Federal, que veda elevação de despesas em projetos de iniciativa privativa do Presidente da República (emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33 e 34).

Quanto à juridicidade das emendas, registramos que trinta e uma delas apresentam matéria estranha ao objeto específico da medida provisória em exame, contrariando o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (emendas de nº 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35).

Com relação à adequação orçamentária e financeira das emendas, registramos óbices em vinte delas (emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35), por não indicarem o montante das despesas incorridas nem a fonte do seu custeio, conforme exigência disposta no art. 17, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No que tange ao mérito das emendas apresentadas, nos posicionamos contrariamente a todas, vez que elas não trazem qualquer aperfeiçoamento significativo ao texto da proposição original, com relação ao objeto específico ali enunciado.

Assim é, que, ao nosso ver, as emendas de nº 1, 2 e 31 distorcem a graduação e o equilíbrio da reestruturação remuneratória referente aos cargos em comissão do grupo DAS (caso das emendas de nº 1 e 2) e às funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 1991 (caso da emenda de nº 31), enquanto a emenda de nº 5, também pertinente ao objeto desta Medida Provisória, suprime revogações de artigos de leis ora alterados, tornando confusa e contraditória a legislação temática remanescente.

Quanto às trinta e uma emendas, todas introduzem matérias estranhas ao objeto específico da Medida Provisória em exame, seja com a finalidade de promover alterações em dispositivos legais que disciplinam a organização, estruturação, e/ou remuneração de cargos e carreiras integrantes do Poder Executivo federal e em dispositivos do Estatuto do Desarmamento, seja com a finalidade de editar dispositivo legal impedindo a contribuição voluntária de servidores ocupantes de cargos em comissão a partidos políticos ou de uniformizar e majorar os valores relativos às bolsas de estágio oferecidas no âmbito da Administração Pública federal, cujas repercussões financeiras e administrativas não estão postas e que ultrapassam, em muito, o eixo do objetivo central visado com a edição desta MP: de reestruturar e adequar a remuneração dos cargos e funções comissionadas do Poder Executivo federal em níveis compatíveis com as responsabilidades exercidas e com as disponibilidades do Erário.



Feitas estas considerações, o voto é pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 375, de 2007, bem como, no mérito, por sua aprovação, na forma inicialmente proposta.

Com relação às emendas, o voto é pela inconstitucionalidade das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, e 34; pela injuridicidade das emendas de nº 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34 e 35; pela inadequação orçamentária e financeira das emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 11, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34 e 35; e emenda nº 5. No mérito, pela rejeição de todas as emendas apresentadas

Sala das Sessões, em de de 2007.

  
Deputado Ellene Lima  
Relator

## Consulta Tramitação das Proposições

**Proposição:** MPV-375/2007

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 18/06/2007

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** MESA: Aguardando Recebimento; SEPRO: Aguardando Recebimento; PLEN: Pronta para Pauta.

**Enunciado:** Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

**Indexação:** Alteração, aumento, remuneração, cargo em comissão, função comissionada, Administração Pública Federal, Administração Direta, Administração Fundacional, Autarquia, cargo em comissão, cargo de natureza especial, grupo, direção, assessoramento superior, (DAS), cargo de direção, Instituição Federal de Ensino, gerência, assessoria, assistência, agência reguladora, transição, governo, serviço extraordinário, função técnica, gratificação temporária, (Sipam), (INSS), (Bacen), função gratificada, gratificação de representação, gratificação de gabinete, cargo de confiança, militar, órgãos, Presidência da República, critérios, servidor público civil, cargo efetivo, emprego público, Executivo, Legislativo, Judiciário, Estados, (DF), Municípios, opção, vencimento, acréscimo, anuênio, percentual, valor, gratificação, inclusão, corpo docente, dedicação exclusiva, magistério, Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, cessão, requisição, Ministério da Educação.

**Despacho:**

3/7/2007 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 368/2007 (Mensagem) - Poder Executivo

**Legislação Citada**

**Emendas**

- MPV37507 (MPV37507)

EMC 1/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Moreira Mendes

EMC 2/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Andreia Zito

EMC 3/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Jardim

EMC 4/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Andreia Zito

EMC 5/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Edmilson Valentim

EMC 6/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Edmilson Valentim

EMC 7/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cezar Silvestri

EMC 8/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cezar Silvestri

EMC 9/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cezar Silvestri

EMC 10/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Magalhães Neto

EMC 11/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Magalhães Neto

EMC 12/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luis Carlos Heinze

EMC 13/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Jardim

EMC 14/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Jardim

EMC 15/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luis Carlos Heinze

EMC 16/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jovair Arantes

EMC 17/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonardo Vilela

EMC 18/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antônio Roberto

EMC 19/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Mauro Benevides

EMC 20/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonardo Vilela

EMC 21/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antônio Roberto

EMC 22/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Edmilson Valentim

EMC 23/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 24/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jovair Arantes

EMC 25/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 26/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jovair Arantes

EMC 27/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Valdir Colatto

EMC 28/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 29/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jovair Arantes

EMC 30/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Magalhães Neto

EMC 31/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Magalhães Neto

EMC 32/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Edmilson Valentim

EMC 33/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Edmilson Valentim

EMC 34/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haufv

**EMC 35/2007 MPV37507 (Emenda Apresentada na Comissão) - Magela**

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV37507 (MPV37507)

**PPP 1 MPV37507 (Parecer Proferido em Plenário) - Eliene Lima**

Requerimentos, Recursos e Ofícios

- PLEN (PLEN)

**REC 85/2007 (Recurso contra decisão do Presidente da CD em Questão de Ordem (Art. 95, § 8º, RICD)) - Arnaldo Faria de Sá**

Última Ação:

**3/7/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

**13/7/2007** - Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) - Designado Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), para proferir em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 35 emendas apresentadas.

**22/8/2007** - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 375-B/07)

Obs.: O andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
18/6/2007	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
18/6/2007	<b>CONGRESSO NACIONAL (CN)</b> Prazo para Emendas: 19/06/2007 a 24/06/2007. Comissão Mista: 18/06/2007 a 01/07/2007. Câmara dos Deputados: 02/07/2007 a 15/07/2007. Senado Federal: 16/07/2007 a 12/08/2007. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 13/08/2007 a 15/08/2007. Sobrestar Pauta: a partir de 16/08/2007. Congresso Nacional: 18/06/2007 a 30/08/2007. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 31/08/2007 a 29/10/2007.
2/7/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da MSC 368/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007, que "fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".
2/7/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o Ofício nº 274, de 2007, do Congresso Nacional, o texto da Medida Provisória nº 375, de 2007, a fim de que seja submetido à apreciação da Câmara dos Deputados. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 35 (trinta e cinco) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.
3/7/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
3/7/2007	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
4/7/2007	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 05/07/2007.
10/7/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 10:00)
10/7/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 372/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
10/7/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.

10/7/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
13/7/2007	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), para proferir em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 35 emendas apresentadas.
17/7/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
17/7/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 374/07. Item 01 da pauta, com prazo encerrado.
14/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
14/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirada de pauta de Ofício.
16/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 12:12)
16/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
16/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS).
16/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado o Requerimento.
16/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirada de pauta a Requerimento de Deputado.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB; José Carlos Aleluia, na qualidade de Líder do DEM; e pelo Dep. Luiz Sérgio, Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento. Sim: 4; Não: 251; Abstenção: 1; Total: 256.

21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta MPV; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 4, 6 a 9, 11, 13, 14, 16 a 29 e 31 a 34, pela injuridicidade das Emendas de nºs 3, 4, 6 a 30 e 32 a 35; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 4, 6, 11, 13, 16, 22 a 26, 28, 29 e 31 a 35; pela admissibilidade da Emenda de nº 5; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 35.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Luiz Sérgio (P1-RJ) e Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Arnaldo Madeira, na qualidade de Líder do PSDB; pelo Dep. Luiz Sérgio, Líder do PT; e pelo Dep. Roberto Magalhães, na qualidade de Líder do DEM, em razão do resultado proclamado pela Mesa:
"Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.	
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento. Sim: 13; Não: 289; Abstenção: 0; Total: 302.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita votação nominal para o Requerimento de adiamento da discussão por uma sessão.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. José Carlos Aleluia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, que solicita que a discussão seja feita por grupo de artigos.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.

21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiram a Matéria: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Vicentinho (PT-SP), Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Dep. Vilson Covatti (PP-RS).
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. William Woo (PSDB-SP) e Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ).
21/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a continuação da discussão em face do encerramento da sessão. (MPV 375-A/07)
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Continuação da discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Sebastião Madeira, (PSDB-MA), que solicita a retirada de pauta desta MPV.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Lobbe Neto (PSDB-SP).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, e pelo Dep. Maurício Rands, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento. Sim: 6; Não: 282; Abstenção: 1; Total: 289.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b>
Prejudicado o Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.	
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita votação nominal para o Requerimento de encerramento de discussão e do encaminhamento da votação.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Dep. Maurício Rands (PT-PE).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado o Requerimento.


22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Esclarecimento do Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT), pela Comissão Mista, acerca do seu voto pela admissibilidade da Emenda nº 5 e pela sua rejeição no mérito.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicada a verificação de votação por falta de "quorum" (obstrução).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a votação por falta de "quorum".
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado o Requerimento do Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado o Requerimento do Dep. Ronaldo Caiado, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Antonio Carlos Pannunzio, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA) e Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Indio da Costa, na qualidade de Líder do DEM, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento. Sim: 3; Não: 263; Abstenção: 0; Total: 266.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita votação nominal para o Requerimento do adiamento da votação por uma sessão.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).

22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Índio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita que a votação seja feita artigo por artigo.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Índio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Vicentinho (PT-SP) e Dep. José Carlos Aleluia (DEM-BA).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 4, 6 a 9, 11, 13, 14, 16 a 29 e 31 a 34; pela injuridicidade das Emendas de nºs 3, 4, 6 a 30 e 32 a 35; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 4, 6, 11, 13, 16, 22 a 26, 28, 29 e 31 a 35, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Em consequência, as Emendas de nºs 1 a 4 e 6 a 35 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitada a Emenda nº 5, com parecer contrário.



Verificação da votação da Medida Provisória, solicitada pelo Dep. Lobbe Neto, na qualidade de Líder do PSDB, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovada a Medida Provisória nº 375, de 2007, ressalvados os destaques", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 375, de 2007, ressalvados os destaques. Sim: 262; Não: 10; Abstenção: 1; Total: 273.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do artigo 1º da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) e Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Mantido o artigo 1º da Medida Provisória nº 375/07.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Dep. Professor Ruy Pauletti (PSDB-RS).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Mantida a alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da expressão "Secretários Especiais da Presidência da República" e respectivo valor, constantes da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Índio da Costa (DEM-RJ) e Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Mantida a expressão.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da expressão "Secretário-Geral de Consultoria" e valor, constantes da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Índio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da expressão "Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios" e respectivo valor, constantes da alínea "a" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Índio da Costa (DEM-RJ).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Mantida a expressão.

22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da alínea "b" do Anexo I da Medida Provisória nº 375/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Professor Ruy Pauletti (PSDB-RS).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Mantida a alínea "b".
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicados os Requerimentos de destaque simples do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, para votação em separado das Emendas de nºs 8 e 9.
22/8/2007*	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Eliene Lima (PP-MT).
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 375-B/07)
22/8/2007	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do REC 85/2007, pelo Dep. Arnaldo Faria de Sá, que "recorre, nos termos do Art. 95, § 8, contra decisão da Presidência que indeferiu a Questão de Ordem n. 152, de 2007, sobre parecer pela inadmissibilidade de emendas a Medida Provisória n. 375, de 2007." 

*Cadastrar para Acompanhamento*

**Nova Pesquisa**

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2007**

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 375, de 15 de junho de 2007**, que “Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 31 de agosto de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 14 de agosto de 2007.

  
**Senador Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### LEI Nº 10.470, DE 25 DE JUNHO DE 2002.

Dispõe sobre a remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial - NES e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, dos Cargos de Direção - CD e das Funções Gratificadas - FG das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

.....

Art. 1º As remunerações dos Cargos em Comissão de Natureza Especial - NES e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, e dos Cargos de Direção - CD das Instituições Federais de Ensino, constituídas de parcela única, passam a ser as constantes do Anexo a esta Lei. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

§ 1º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública Federal direta ou indireta, investido nos cargos a que se refere o **caput** deste artigo, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos os limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994:

I - a remuneração do Cargo em Comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do Cargo em Comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida dos seguintes percentuais da remuneração do respectivo Cargo em Comissão:

a) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo DAS, níveis 1 e 2;

b) 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão do Grupo DAS, nível 3; e

c) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6, e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4. (Redação dada pela lei nº 10.869, de 2004)

§ 2º O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FC, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos da alínea c do inciso III do § 1º do art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.667, de 14.5.2003)

§ 3º O docente a que se refere o § 2º cedido para órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para o exercício de Cargo em Comissão de Natureza Especial ou de Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 4, DAS 5 ou DAS 6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao Regime de Dedicação Exclusiva

§ 4º O acréscimo previsto no § 3º poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação, para o exercício de Cargo em Comissão nível DAS 3.

§ 5º Aplica-se o disposto no § 1º ao servidor de órgão ou entidade da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cedido ou requisitado por órgão ou entidade autárquica ou fundacional da administração direta ou indireta da União que, com base na legislação do respectivo ente federativo, optar pela remuneração do cargo efetivo ou emprego permanente. (Redação dada pela Lei nº 11.355, de 2006)

Art. 2º Os valores do Adicional de Gestão Educacional, a que se refere o art. 7º da Lei nº 9.640, de 25 de maio de 1998, relativos às Funções Gratificadas - FG, níveis 1, 2 e 3, das Instituições Federais de Ensino, passam a ser R\$ 344,16, R\$ 194,19 e R\$ 154,33, respectivamente. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Art. 3º É de responsabilidade do órgão cessionário o pagamento da remuneração integral dos servidores da Administração Pública Federal cedidos, na forma da lei, para Estados e Municípios para o exercício de cargos equivalentes aos de Natureza Especial - NES e de DAS, de níveis 5 e 6, inclusive as parcelas relativas às gratificações de desempenho ou de produtividade, calculadas em seu valor máximo.

Art. 4º O inciso II do art. 73 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e o inciso II do art. 17 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

"Art. 73. ....  
.....

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência." (NR)

"Art. 17. ....  
.....

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência." (NR)

ANEXO

**Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES E DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E DOS CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES

DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano	8.280,00
Secretário de Estado de Assistência Social	8.000,00
Secretário de Estado dos Direitos Humanos	8.000,00
Secretário de Estado de Comunicação do Governo	8.000,00
Comandante da Marinha	8.000,00
Comandante do Exército	8.000,00
Comandante da Aeronáutica	8.000,00
Secretário-Geral de Contencioso	8.000,00
Secretário-Geral de Consultoria	8.000,00
Subdefensor Público Geral da União	7.500,00
Presidente da Agência Espacial Brasileira	7.500,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	8.000,00

**b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS**

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	7.500,00
DAS 101.5 e 102.5	6.300,00
DAS 101.4 e 102.4	4.850,00
DAS 101.3 e 102.3	1.560,00
DAS 101.2 e 102.2	1.390,00
DAS 101.1 e 102.1	1.220,00

**c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD**

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD - 1	6.400,00
CD - 2	5.350,00
CD - 3	4.200,00
CD - 4	3.050,00

**LEI Nº 10.667, DE 14 DE MAIO DE 2003.**

Conversão da MPv nº 86, de 2002

Altera dispositivos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras

providências.

.....

Art. 2º A Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração: **Atenção:**  
(Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

"Art. 1º. ....

.....

§ 2º O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos da alínea c do inciso III do § 1º do art. 1º desta Lei.

....." (NR)

.....

## ANEXO II

TABELA DAS GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS SIPAM – GTS

NÍVEL	QUANTITATIVO	VALOR (Em R\$)
GTS – 3	15	2.300,00
GTS – 2	35	1.800,00
GTS – 1	40	1.500,00 <b>Atenção:</b> (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

### LEI Nº 9.650, DE 27 DE MAIO DE 1998.

#### Mensagem de veto

Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências.

.....

#### ANEXO II

**Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

(Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)

#### FUNÇÕES COMISSONADAS DO BANCO CENTRAL (FCBC)

Tabela de FCBC vigente a partir de 1º de janeiro de 2006

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FDS-1/FDJ-1	2	4.875,00	9.750,00
FDE-1/FCA-1	40	4.135,00	165.400,00
FDE-2/FCA-2	86	3.184,00	273.824,00
FDT-1/FCA-3	260	2.274,00	591.240,00
FDO-1/FCA-4	660	1.800,00	1.188.000,00
FCA-5	297	800,00	237.600,00
TOTAL (1)	1.345	-	2.465.814,00

#### SUPORTE

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FST-1	12	550,00	6.600,00
FST-2	88	400,00	35.200,00
FST-3	40	300,00	12.000,00
TOTAL (2)	140	-	53.800,00
TOTAL GERAL (1 + 2)	1.485	-	2.519.614,00

### LEI Nº 11.344, DE 8 DE SETEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 295, de 2006

Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Grau e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área do apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATA aos cargos do Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação do Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, e dá outras providências.

Art. 3º O Anexo IV da Lei nº 9.650, de 1998, passa a vigorar nos termos do Anexo II desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

#### ANEXO II

**Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

(Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)



**FUNÇÕES COMISSONADAS DO BANCO CENTRAL (FCBC)**

Tabela de FCBC vigente a partir de 1º de janeiro de 2006

**DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO**

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FDS-1/FDJ-1	2	4.875,00	9.750,00
FDE-1/FCA-1	40	4.135,00	165.400,00
FDE-2/FCA-2	86	3.184,00	273.824,00
FDT-1/FCA-3	260	2.274,00	591.240,00
FDO-1/FCA-4	660	1.800,00	1.188.000,00
FCA-5	297	800,00	237.600,00
<b>TOTAL (1)</b>	<b>1.345</b>	<b>-</b>	<b>2.465.814,00</b>

**SUPORTE**

CÓDIGO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
FST-1	12	550,00	6.600,00
FST-2	88	400,00	35.200,00
FST-3	40	300,00	12.000,00
<b>TOTAL (2)</b>	<b>140</b>	<b>-</b>	<b>53.800,00</b>
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b>1.485</b>	<b>-</b>	<b>2.519.614,00</b>

**LEI Nº 8.216, DE 13 DE AGOSTO DE 1991.**

Vide Lei Delegada nº 13, de 1992

Mensagem de veto

Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

Art. 20. A Gratificação de que trata o inciso II, do Anexo II, do Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, pelo exercício na Presidência da República, inclusive nos órgãos que a integram, e na Vice-Presidência da República, corresponderá, no nível I, a Cr\$42.116,67 (quarenta e dois mil, cento e dezesseis cruzeiros e sessenta e sete centavos), atualizados nas mesmas datas e índices em que forem reajustados os vencimentos dos servidores públicos federais, e servirão de base para a incidência dos demais índices estabelecidos no Anexo XXII. (Vide Decreto nº 234, de 1991) **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Parágrafo único. O quantitativo das funções a que se refere este artigo será aprovado mediante ato do Presidente da República, ouvida a Secretaria da Administração Federal.

**LEI Nº 11.355, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.**

Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do Inpi; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a criação do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; a criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar; a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM; e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; a alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS - FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão; e dá outras providências.

Conversão da MPv nº 301, de 2006

.....  
Art. 155. O art. 1º da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

“Art. 1º .....  
.....

§ 5º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo ao servidor de órgão ou entidade da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cedido ou requisitado por órgão ou entidade autárquica ou fundacional da administração direta ou indireta da União que, com base na legislação do respectivo ente federativo, optar pela remuneração do cargo efetivo ou emprego permanente.”(NR)

.....

## ANEXO XXIX

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

### FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS - FCINSS

FUNÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
FCINSS-1	1.076	1.000,00
FCINSS-2	151	1.300,00
FCINSS-3	100	2.100,00
CUSTO GLOBAL AUTORIZADO		1.482.300,00

.....

#### LEI Nº 8.168, DE 16 DE JANEIRO DE 1991.

Vide Lei Delegada nº 13, de 1992

Dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.

Art 1º As funções de confiança integrantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, são transformados em Cargos de Direção (CD) e em Funções Gratificadas (FG).

§ 1º Os atuais ocupantes de funções de confiança que continuarem no exercício dos cargos de direção e das funções gratificadas resultantes da transformação prevista neste artigo, bem assim os que vierem a ser nomeados ou designados para esses cargos ou funções, terão sua remuneração fixada nos termos dos Anexos I e II desta lei.

§ 2º O ocupante de cargo de direção poderá optar pela remuneração do CD ou pelo salário acrescido de verba de representação na proporção de cinquenta e cinco por cento do valor do CD correspondente.

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

§ 3º Poderão ser nomeadas ou designadas para o exercício de cargo de direção e função gratificada pessoas não pertencentes ao quadro ou tabela permanente da instituição de ensino, até o máximo de dez por cento do total dos respectivos cargos e funções.

§ 4º Os valores referidos no § 1º serão revistos nas mesmas bases e épocas de reajustamento geral da remuneração dos serviços públicos federais.

§ 5º Os ocupantes de cargo de direção e de funções gratificadas cumprirão, obrigatoriamente, o regime de tempo integral.

Art 2º O Poder Executivo fixará, mediante decreto, no prazo de trinta dias contados da data da publicação desta lei, com base em proposta das instituições federais de ensino, o quadro distributivo dos cargos de direção e das funções gratificadas.

.....

ANEXO I

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

RETRIBUIÇÃO DO CARDO DE DIREÇÃO - CD

CÓDIGO	RETRIBUIÇÃO - Cr\$
CD - 1	270.000,00
CD - 2	250.000,00
CD - 3	230.000,00
CD - 4	216.000,00

ANEXO II

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

RETRIBUIÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA

FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
FG - 1	66.587,15
FG - 2	56.831,04
FG - 3	47.082,37
FG - 4	37.656,19
FG - 5	28.966,30
FG - 6	21.456,52
FG - 7	15.893,72
FG - 8	11.773,13
FG - 9	8.720,84

**LEI Nº 10.609, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.**

Conversão da MPv nº 76, de 2002

Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

.....  
Art. 4º Ficam criados cinquenta cargos em comissão, denominados Cargos Especiais de Transição Governamental - CETG, de exercício privativo da equipe de transição de que trata o art. 1º, nos quantitativos e valores previstos no Anexo a esta Lei.

.....  
§ 3º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública federal direta ou indireta, investido em CETG, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos os limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

I - valor do CETG, acrescido dos anuênios;

II - diferença entre o valor do CETG e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - remuneração do cargo efetivo ou emprego, observadas, quanto às gratificações com base no desempenho ou produtividade, as regras aplicáveis aos ocupantes de cargos em comissão com remuneração equivalente, acrescida dos seguintes percentuais da remuneração do respectivo CETG:

- a) sessenta e cinco por cento da remuneração dos CETG, níveis I e II;
- b) setenta e cinco por cento da remuneração dos CETG, nível III; ou
- c) quarenta por cento da remuneração dos CETG, níveis IV, V e VI.

ANEXO

CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	QTDE.
CETG – VII	8.000,00	1
CETG – VI	7.500,00	4 <b>Atenção:</b> (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)
CETG – V	6.300,00	10
CETG – IV	4.850,00	25
CETG – III	1.560,00	2
CETG – II	1.300,00	3
CETG – I	1.220,00	5
TOTAL		50

**LEI Nº 9.030, DE 13 DE ABRIL DE 1995.**

**Mensagem de veto**

Fixa a remuneração dos cargos em comissão e de Natureza Especial e das funções de direção, chefia ou assessoramento que menciona, e dá outras providências.

**Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

**LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001.**

**Mensagem de Veto**

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 73. Os ocupantes dos Cargos Comissionados a que se refere o inciso IV do art. 70, mesmo quando requisitados de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, receberão remuneração conforme a Tabela V do Anexo I. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos a que se refere o caput poderão optar por receber a remuneração do seu cargo efetivo ou emprego permanente no órgão de origem, acrescido do valor remuneratório adicional correspondente a:

I – parcela referente à diferença entre a remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente de origem e o valor remuneratório do cargo exercido na Agência; ou

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência. (Redação dada pela Lei nº 10.470, de 25.6.2002) )

Art. 74. Os Cargos Comissionados Técnicos a que se refere o inciso V do art. 70 desta Lei são do ocupação privativa de ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo e dos Quadros de Pessoal Específico e em Extinção de que tratam os arts. 113 e 114-A desta Lei e de requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública. (Redação dada pela Lei nº 10.871, de 2004)

Parágrafo único. Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme a Tabela VI do Anexo I desta Lei. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

**ANEXO I**

(Vide Medida Provisória nº 2.217-3, de 4.9.2001)

**TABELA V**

**Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Remuneração dos Cargos Comissionados de Direção, Gerência Executiva, Assessoria e Assistência

CARGO COMISSIONADO	REMUNERAÇÃO(R\$)
CD I	6.000,00
CD II	7.600,00
CGE I	7.200,00
CGE II	6.400,00
CGE III	6.000,00
CA I	6.400,00

CA II	6.000,00
CA III	1.800,00
CAS I	1.500,00
CAS II	1.300,00

TABELA VI

**Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Remuneração dos Cargos Comissionados Técnicos

CARGO COMISSIONADO	VALOR REMUNERATÓRIO ADICIONAL (R\$)
CCT V	1.521,00
CCT IV	1.111,50
CCT III	669,50
CCT II	590,20
CCT I	522,60

**LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000.**

**Mensagem de Veto**

Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

Art. 17. Os ocupantes de Cargo Comissionado, mesmo quando requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública, poderão receber a remuneração do cargo na Agência ou a de seu cargo efetivo ou emprego permanente no órgão ou na entidade de origem, optando, neste caso, por receber valor remuneratório adicional correspondente a: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

I – parcela referente à diferença entre a remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente de origem e o valor remuneratório do cargo exercido na Agência; ou

II - 40% (quarenta por cento) da remuneração do cargo exercido na Agência Reguladora, para os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria nos níveis CA I e II, e 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos Comissionados de Assessoria no nível III e dos de Assistência. (Redação dada pela Lei nº 10.470, de 2002)

ANEXO II

Atenção: (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

QUADROS DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, GERÊNCIA EXECUTIVA, ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA E TÉCNICO

CARGOS COMISSIONADOS	VALOR REMUNERATÓRIO (R\$)
CD I	8.000,00
CD II	7.600,00
CGE I	7.200,00
CGE II	6.400,00
CGE III	6.000,00
CGE IV	4.000,00
CA I	6.400,00
CA II	6.000,00
CA III	1.800,00
CAS I	1.500,00
CAS II	1.300,00
CCT V	1.521,00
CCT IV	1.111,50
CCT III	669,50
CCT II	590,20
CCT I	522,60

**LEI Nº 10.869, DE 13 DE MAIO DE 2004.**

Conversão da MPv nº 163, de 2004

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Art. 12. A alínea c do inciso III do § 1º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação: **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

"Art. 1º .....

§ 1º .....

III - .....



c) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6, e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4.

....." (NR)

**LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992.**

Mensagem de veto

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

ANEXO X

GRUPO	VALOR
A	3.557.000,00
B	3.356.000,00
C	3.166.000,00
D	2.987.000,00
E	2.818.000,00
F	2.659.000,00

**LEI Nº 10.871, DE 20 DE MAIO DE 2004.**

Conversão da MPv nº 155, de 2003

Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.

Art. 33. Os Cargos Comissionados Técnicos são de ocupação privativa de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Efetivo, de servidores do Quadro de Pessoal Específico e do Quadro de Pessoal em Extinção das Agências Reguladoras.

Parágrafo único. Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme tabela constante do Anexo II da Lei nº 9.966, de 18 de julho de 2000.

**Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 375, de 2007)

**LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987.**

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001.**

Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Art. 58. Ficam criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso no âmbito do Poder Executivo Federal, oito mil setecentas e três Funções Comissionadas Técnicas - FCT, cujos níveis e valores são os constantes do Anexo XIII.

~~§ 2º O servidor, investido nas Funções Comissionadas a que se refere o caput deste artigo, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidas aos limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994: (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios: (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo: ou (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelecido no Anexo XIII. (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

~~§ 3º Para fins de cálculo da parcela variável a que se refere o § 2º, será considerada como remuneração a definida no inciso III do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994. (Revogado Medida Provisória nº 375, de 2007)~~

**-ANEXO XIII**

**FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS**

<b>FUNÇÃO COMISSIONADA</b>	<b>QUANTITATIVO DE FUNÇÕES</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)</b>	<b>VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)</b>
FCT 1	131	3.800,00	1.140,00
FCT 2	191	3.187,20	956,16
FCT 3	252	2.673,22	855,43
FCT 4	313	2.242,13	762,32
FCT 5	374	1.880,55	695,80
FCT 6	435	1.577,29	630,91
FCT 7	496	1.322,93	582,09

FCT 8	557	1.109,59	543,70
FCT 9	618	930,65	511,86
FCT 10	679	780,57	483,95
FCT 11	740	654,69	458,28
FCT 12	801	549,12	439,29
FCT 13	862	460,56	414,51
FCT 14	923	386,29	386,29
FCT 15	1.331	324,00	324,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.703</b>		

**DECRETO-LEI Nº 969, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1938.**

Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 15/9/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:15183/2007)